

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 109/2024
Data: 09/10/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PORTO DE SANTOS PRECISA AVANÇAR EM TECNOLOGIA PARA IGUALAR OUTROS PORTOS NO MUNDO, DIZ ESPECIALISTA.....	4
ANTT REABRE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE A FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA	5
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DÁ SINAL VERDE AO GOVERNO DO ESTADO PARA CONTRATAÇÃO DA OBRA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	7
PESQUISA SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR AQUAVIÁRIO ESTÁ EM PROCESSO DE APERFEIÇOAMENTO	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	9
INFRAESTRUTURA - SILVIO COSTA FILHO ASSINA CONTRATO DE ADESAO DE R\$ 543,5 MILHÕES PARA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE USO PRIVADO DE LUÍS CORREIA	9
PORTO ALEGRE FAZ TESTES COM AERONAVES DA FAB PARA GARANTIR SEGURANÇA NA RETOMADA DAS OPERAÇÕES DO AEROPORTO.....	10
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: BRASIL LIDERA PROGRAMA MUNDIAL DE DESCARBONIZAÇÃO DOS MODAIS DE TRANSPORTES E MOBILIDADE.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	13
RECUPERAÇÃO DA BR-242 CRIA MAIS OPORTUNIDADES À POPULAÇÃO DO OESTE DA BAHIA	13
RODOVIAS - TRIBUNAL FEDERAL DERRUBA SUSPENSÃO DA LICENÇA PRÉVIA E LIBERA A CONTINUIDADE DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA BR-319/AM/RO.....	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	14
EDITORIAL – O PORTO DE SANTOS E O FUTURO DIGITAL DA LOGÍSTICA.....	14
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	15
<i>Rumo ao Senado 1</i>	15
<i>Rumo ao Senado 2</i>	15
<i>Reeleitos</i>	15
<i>Banco Central 1</i>	15
<i>Banco Central 2</i>	16
NACIONAL - LULA SANCIONA LEI PARA AMPLIAR PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS	16
PORTO DE SANTOS - OGMO SANTOS LANÇA PROCESSO SELETIVO COM 600 VAGAS PARA ESTIVADORES.....	17
REGIÃO NORDESTE - CEARÁ FOI O ESTADO COM MAIOR CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM AGOSTO, DIZ IBGÉS.....	18
BRASIL EXPORT - GRUPO BRASIL EXPORT ANUNCIA CALENDÁRIO DE EVENTOS PARA 2025.....	19
BRASIL EXPORT - MPOR TERÁ PAPEL PARTICIPATIVO E COLABORATIVO EM IMPLANTAÇÃO DO PCS EM SANTOS.....	20
BRASIL EXPORT - PESQUISA SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR AQUAVIÁRIO TERÁ NOVA FASE	22
BRASIL EXPORT - GRUPO BRASIL EXPORT E INSTITUTO LIXO ZERO ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO	23
NACIONAL - ESG NA PRÁTICA: BRASIL EXPORT PROPÕE NOVAS FORMAS DE COMUNICAR SUSTENTABILIDADE	24
BRASIL EXPORT - SEGUNDO DIA DO BRASIL EXPORT FOCA NA MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA PORTUÁRIA.....	25
BRASIL EXPORT - PAINEL APONTA NOVOS CAMINHOS PARA COMÉRCIO INTERNACIONAL E LOGÍSTICA INTEGRADA	26
BRASIL EXPORT - NOVO CORREDOR LOGÍSTICO COM PECÉM FAZ DE SINES UM POTENCIAL HUB EUROPEU	27
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	28
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: BRASIL LIDERA PROGRAMA MUNDIAL DE DESCARBONIZAÇÃO DOS MODAIS DE TRANSPORTES E MOBILIDADE.....	28
PORTO DO RIO DE JANEIRO ILUMINA FACHADA EM APOIO À CAMPANHA OUTUBRO ROSA	30
EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA.....	31
DEPUTADOS CANCELAM COMISSÃO EM PROTESTO CONTRA MP DA AMAZONAS ENERGIA.....	31
ÂMBAR VAI APRESENTAR AGRAVO CONTRA DECISÃO DA ANEEL NO CASO AMAZONAS ENERGIA.....	32
JORNAL O GLOBO – RJ.....	33
OS PRIMEIROS SINAIS DE QUE A VIDA DE GALÍPOLO NÃO SERÁ FÁCIL	33
BANCO MUNDIAL MELHORA PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB DO BRASIL ESTE ANO PARA 2,8%	34
LULA SANCIONA LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO COM TRÊS VETOS; SAIBA QUAIS	34
HADDAD DIZ QUE APROVAÇÃO DE GALÍPOLO COM LARGA MARGEM É SINAL DE QUE RELAÇÃO INSTITUCIONAL 'VAI BEM'.....	35
INFLAÇÃO ACELERA EM SETEMBRO E SOBE 0,44%, PUXADA POR ENERGIA ELÉTRICA	36



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	39
CCJ DA CÂMARA APROVA PEC QUE DÁ PODER AO CONGRESSO DE SUSTAR DECISÕES DO STF	39
OPINIÃO - CÂMARA MANDA RECADO A MINISTROS DO STF: 'DAQUI VOCÊS NÃO PASSAM'	40
POR QUE O AQUECIMENTO DA ECONOMIA E A OCUPAÇÃO RECORDE NA INDÚSTRIA ACENDEM SINAL DE ALERTA NO PAÍS	40
IRMÃOS BATISTA SE RECUSAM A ASSUMIR AMAZONAS ENERGIA SEM AVAL DA ANEEL E PEDEM REUNIÃO PARA AMANHÃ ...	45
GOVERNO QUER APROVAR ATÉ DEZEMBRO NOVA LEI DE PPPS E NOVO PROCESSO DE LICENCIAMENTO.....	46
HADDAD DIZ QUE ECONOMIA ESTÁ 'RODANDO BEM', MAS QUE SECA PREOCUPA: 'JUROS NÃO FAZ CHOVER'	48
'QUANDO A GENTE RESOLVER GARGALOS, O PAÍS DECOLA', DIZ VP DO CONSELHO DA SUZANO.....	49
VALOR ECONÔMICO (SP)	51
DESAFIO PARA INSTALAR EÓLICAS 'OFFSHORE' É A PREVISIBILIDADE, APONTA PETROBRAS	51
BNDES ESTÁ 'QUASE NO LIMITE' DE NÃO FINANCIAR MAIS OUTORGA EM CONCESSÕES DE SANEAMENTO, DIZ MERCADANTE	52
BOMBEIROS RETOMAM BUSCAS DE DESAPARECIDOS APÓS DESABAMENTO DE PARTE DE PORTO NO AM	53
PORTAL PORTOS E NAVIOS	54
MARINHA REALIZA BUSCA E SALVAMENTO APÓS DESLIZAMENTO DE TERRA EM TERMINAL NO AM	54
APÓS LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO, RAÍZEN CONFIRMA INVESTIMENTOS.....	55
TREINAMENTO SIMULA COMBATE A DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO PORTO DE SANTOS	56
NAVIO QUE COLIDIU COM PONTE RIO-NITERÓI PARTE PARA TURQUIA NESTA SEXTA-FEIRA (11)	56
GOVERNO SANCIONA LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO.....	57
WSUT FAZ PROJEÇÕES OTIMISTAS PARA SEGMENTO OFFSHORE NOS PRÓXIMOS 5 ANOS.....	57
INTERMOOR ANUNCIA MELHORIAS IMPORTANTES NA BASE LOGÍSTICA ONSHORE NO PORTO DO AÇU.....	58
ANTAQ DEFINE REGRAS PARA ACORDOS OPERACIONAIS ENTRE EBNS E EMPRESAS ESTRANGEIRAS	59
PETROBRAS LANÇA EDITAL PARA AFRETAMENTO DE 8 RSVs	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	61
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS PRECISA AVANÇAR EM TECNOLOGIA PARA IGUALAR OUTROS PORTOS NO MUNDO, DIZ ESPECIALISTA

Apesar de ser um dos mais atualizados do Brasil em automação, cais santista está atrasado em relação aos portos modernos do mundo

Por **Ted Sartori**



Apesar de estar atrasado em comparação com os principais portos mundo, o cais santista vem desenvolvendo inovações nas operações; na foto, o porto de Ashdod, na costa mediterrânea (Rodrigo Nardelli)

O Porto de Santos está atrasado em cerca de cinco a dez anos em relação aos terminais mais avançados do mundo no que diz respeito à automação das operações e digitalização de processos. Ainda assim, o complexo santista é um dos mais atualizados do Brasil e tem futuro promissor nesse tema, em razão de investimentos recentes. A análise é do sócio-fundador

da empresa T2S, Ricardo Pupo Larguesa, especialista em desenvolvimento de sistemas.

“Enquanto portos como o de Roterdã (Holanda) já operam com terminais ‘fantasmas’, sem a presença de trabalhadores, Santos ainda está em processo de modernização, com recentes investimentos para modernizar equipamentos e implementar tecnologias mais avançadas”, diz ele. O Porto de Itapoá (SC), por exemplo, já iniciou operações remotas, indicando que, no Brasil, há terminais mais adiantados em termos de automação, explica Ricardo.

Como exemplo de investimentos ligados ao assunto no Porto de Santos, ele cita a renovação de contrato do Brasil Terminal Portuário (BTP) por mais 20 anos, que planeja investir R\$ 1,9 bilhão em tecnologias avançadas, eletrificação de equipamentos e expansão da capacidade operacional em 40%.

“Além disso, a aquisição (de 48%) da Santos Brasil pelo grupo CMA CGM e a potencial licitação do STS10 (terminal para contêineres no cais do Saboó) indicam uma tendência de maior inovação e eficiência, com o objetivo de transformar Santos em um dos principais hubs (centros) da América Latina, alinhado aos padrões internacionais de automatização”, observa.

Realidade mundial

O consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues, também citou o olhar da Santos Brasil para a automação remota dos seus equipamentos. Ele classifica o processo como uma tendência natural a que todos terão que se adequar, por ser uma realidade mundial.

“A automação portuária no Brasil é algo que realmente vem acontecendo ao longo dos anos. A gente pode dizer que o Porto de Santos e, principalmente, os terminais privados já estão investindo muito nessa questão da automação”, afirma.

Maxwell ressalta que ela é importante para que o complexo portuário santista continue a ser competitivo, movimentando cada vez mais cargas com eficiência e velocidade.

“A perspectiva para o futuro é que todos os portos e terminais do Brasil se adequem a essa realidade, que é mundial e não exclusivamente algo que vem acontecendo no Porto de Santos”.

Outras iniciativas

Em nota, a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) também destacou iniciativas da DP World nesse sentido. Um projeto de inteligência artificial (IA) envolve o controle de agendamento de veículos.

Há também intenção de se implantar para leitura de vagões, por igual método, mas fechado para a Suzano. Trata-se de produtora de celulose com quem a DP World mantém contrato de prestação de serviços de armazenagem e operação logística portuária.

“Apesar de ainda estarmos atrasados em comparação com o restante do mundo, o Brasil vem desenvolvendo diversas inovações nesse sentido. Um exemplo é o spreader automático, desenvolvido pela Portocel, e já exportado para o mundo. O equipamento realiza o engate automático dos fardos de celulose”, comenta também a ATP.

A entidade também cita a importância do 5G, considerado fundamental, uma vez que veículos autônomos requerem uma conexão contínua e em tempo real. “O Brasil ainda não possui um terminal portuário totalmente automatizado, com máquinas e equipamentos sendo controlados 100% de forma remota. No entanto, notamos que diversos terminais no Brasil já estão se adaptando para cada dia mais aumentar sua automatização”, afirma.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/10/2024

ANTT REABRE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE A FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA

Maior do País, ela atravessa sete estados em quase 8 mil quilômetros e transporta cargas para o Porto de Santos

Por ATribuna.com.br



Ferrovias Centro-Atlântica, da VLI, é a maior do País e escoas cargas para o Porto de Santos; renovação prevê R\$ 24 bilhões em investimentos (Divulgação/VLI)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deu início, na segunda-feira (7), à nova rodada de sessões públicas para discutir a renovação do contrato da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), de responsabilidade da VLI. Maior do País, ela atravessa sete estados em quase 8 mil quilômetros e transporta cargas para o Porto de Santos.

O objetivo da audiência é colher sugestões e contribuições da sociedade para aprimorar o projeto de prorrogação do contrato por mais 30 anos, o que deve gerar cerca de R\$ 24 bilhões em investimentos na infraestrutura ferroviária do País.

As audiências, que ocorrerão presencialmente, estão programadas para acontecer em diferentes cidades brasileiras até o dia 21. O encontro de abertura foi realizado em Brasília e recebeu 93 manifestações orais.

Diretor da ANTT, Guilherme Theo Sampaio destacou a importância estratégica do projeto para o desenvolvimento da malha ferroviária nacional. Segundo ele, a prorrogação do contrato da FCA não só envolve a antecipação de investimentos e modernização do contrato, mas também aborda questões relevantes como conflitos urbanos, implementação de novas tecnologias e melhorias ambientais.

“Estamos lidando com a maior malha ferroviária do País, que tem como vocação principal o transporte de carga geral. Esse projeto será aperfeiçoado com as contribuições da sociedade”.

A renovação contratual da FCA prevê uma série de melhorias e investimentos, visando modernizar e ampliar a capacidade da ferrovia, que atualmente abrange os corredores Centro-Leste, Centro-

Sudeste, Minas-Bahia e Minas-Rio. A proposta de renovação por mais 30 anos busca modernizar a infraestrutura existente e ampliar a capacidade da ferrovia, beneficiando setores como mineração, agronegócio e indústria.

Além disso, questões ambientais e sociais também foram pautadas, uma vez que a ferrovia atravessa diversas regiões com realidades distintas. O projeto, conforme destacado por Sampaio, foi “profundamente estudado” e agora passa por um processo de aperfeiçoamento a partir das contribuições da sociedade.

Calendário de Sessões

O calendário de audiências públicas inclui seis sessões presenciais. Além da realizada segunda-feira, em Brasília, estão previstas outras para amanhã 0 em Belo Horizonte (MG), dia 11 no Rio, dia 15 em Vitória (ES), dia 18 em Salvador (BA) e dia 21 em Goiânia (GO).

Para participar das audiências presenciais, o credenciamento será realizado no local das sessões. O público também pode enviar suas sugestões por escrito até dia 29.

Para mais informações sobre as sessões públicas e como participar, os interessados podem acessar o sistema. Já os documentos técnicos e jurídicos estão disponíveis neste link.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/10/2024

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DÁ SINAL VERDE AO GOVERNO DO ESTADO PARA CONTRATAÇÃO DA OBRA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Estimada em R\$ 6 bilhões, ligação seca será construída em parceria com o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos

Por Atribuna.com.br 8 de outubro de 2024 às 21:27



Túnel Santos-Guarujá será construído no canal de navegação do Porto de Santos (Alexsander Ferraz/AT)

A Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou, nesta terça-feira (8), o projeto de lei que autoriza o Governo de São Paulo a firmar uma parceria público-privada (PPP) para a construção do túnel imerso Santos-Guarujá. A obra está orçada em R\$ 6 bilhões e será custeada igualmente entre Estado e União, com aporte complementar privado. A previsão é de que o edital seja lançado em março de 2025 e a licitação ocorra em julho do mesmo ano.

A liberação para a PPP era analisada pelos deputados estaduais há um mês. O projeto da ligação seca entre Santos e Guarujá está qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dos R\$ 6 bilhões projetados para o túnel, 86% serão provenientes de aporte público dividido igualmente entre Estado e União. Estima-se que nove mil empregos diretos e indiretos sejam gerados.

“A partir da implementação do projeto, a travessia entre Santos e Guarujá poderá ser feita em menos de cinco minutos e não estará suscetível a neblinas, ressacas ou mesmo aos impactos decorrentes de navios que atracam no Porto de Santos. Assim, vamos assegurar a fluidez do transporte e a segurança dos usuários”, destacou, em nota, o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

Licenciamento

Em paralelo, o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) foram enviados pelo Governo do Estado para análise da Companhia Ambiental de São Paulo (Cetesb) no início de julho, mas ainda não há um parecer. Caso ateste a viabilidade ambiental do projeto, a Cetesb emitirá a licença prévia (LP).

No dia 24 de agosto, a companhia encerrou o prazo para recebimento de manifestações sobre esse licenciamento ambiental, após 45 dias. Em nota, a Cetesb informou que as contribuições da população e dos órgãos intervenientes serão consideradas na análise em curso, assim como as contribuições colhidas nas próximas audiências públicas.

“De forma geral, a licença 0prévia atesta a viabilidade ambiental do projeto e estabelece exigências a serem atendidas pelo empreendedor para a obtenção da licença de instalação (LI)”, diz a companhia.

Próximos passos

Para a LI, a empresa responsável precisará, entre outras informações, apresentar o projeto executivo do empreendimento e o detalhamento das medidas que serão adotadas para a mitigação e controle dos impactos ambientais durante a implantação.

Nessa fase, deverão ser apresentadas informações referentes à desapropriação e reassentamento e respectivas medidas a serem adotadas pelo empreendedor, esclareceu a Cetesb.

Atendidas as exigências, é emitida a LI com condicionantes e diretrizes para o início das obras. Ao término dos trabalhos, o empreendedor deverá solicitar a licença de operação (LO), que permitirá o início da operação desde que seja atestado pela Cetesb o cumprimento das condicionantes das fases anteriores.

Projeto

O novo projeto que está em licenciamento tem como referência a proposta original da extinta companhia Dersa, do Estado, e contempla a construção de um binário no Macuco, em Santos.

Audiências públicas

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) promove na quarta-feira (9) a primeira audiência pública sobre o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) do túnel, às 17h, no Teatro Guarany, em Santos (Praça dos Andradas, 100, Centro). A segunda ocorrerá na quinta-feira (10), às 17h, no Teatro Procópio Ferreira, em Guarujá (Avenida Dom Pedro I, 350, Jardim Tejereba).

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 09/10/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PESQUISA SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR AQUAVIÁRIO ESTÁ EM PROCESSO DE APERFEIÇOAMENTO

O novo questionário está em elaboração e deve ser entregue de dois em dois anos. A estimativa é que o próximo seja apresentado em 2025



Brasília, 08/10/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) está aperfeiçoando o questionário de pesquisa sobre equidade de gênero no setor aquaviário, elaborado em conjunto com a Wista Brazil (Women's International Shipping and Trading Association).

O objetivo é que o novo questionário seja aplicado de dois em dois anos e que o próximo seja divulgado em



2025, como destacou a diretora Flávia Takafashi durante participação no Fórum Brasil Export que teve início nesta terça-feira (08) e se estende até quinta-feira (10).

“A gente está em um momento de refinar um novo questionário para, como fizemos em 2023, entregar uma nova publicação em 2025 e assim conseguir monitorar de dois em dois anos a participação feminina no setor a fim de entender qual a posição do Brasil em relação ao cenário internacional”, pontuou a diretora.

O primeiro levantamento entregue para a sociedade foi no começo de 2023. A pesquisa, que é fruto de um protocolo de intenções entre a Agência e a Wista Brazil, mostrou que 17,6% do total de vagas no setor aquaviário brasileiro é ocupado por mulheres.

Flávia apontou que o Brasil tem uma participação feminina parecida com a do resto dos países, mas que o objetivo é sempre fomentar a entrada de mais mulheres no setor promovendo a equidade.

Diversas ações

Na tentativa de garantir o avanço da entrada feminina no mercado aquaviário e marítimo, a ANTAQ tem promovido ações como ofertar, desde 2008, o Curso de Gestão Portuária exclusivamente para mulheres, realizado anualmente em Le Havre, na França; e a criação da assistente virtual (Iara) que está programada para atender as vítimas de assédio.

A Agência também lançou no começo deste ano o Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário, um manual de boas práticas para combater o assédio contra mulheres que trabalham nos portos e na navegação brasileira focado em impulsionar protocolos que fortaleçam o setor aquaviário bem como o crescimento do País.

O documento foi elaborado pela ANTAQ, Ministério de Portos e Aeroportos, Wista Brazil e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Essa iniciativa faz parte das entregas do Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) para o compartilhamento da campanha de enfrentamento ao assédio no Setor Aquaviário, firmado em 2023.

Comitê de diversidade

Outra ação da Agência que tem caminhado no sentido de aumentar a equidade de gênero no setor é a criação do Comitê-Geral de Gênero e Diversidade do Setor Aquaviário, que tem como foco fomentar debates e desenvolver ações concretas destinadas à promoção da diversidade e da inclusão no setor portuário e marítimo, além de atuar como um importante agente de transformação social, assegurando que as práticas de diversidade e equidade sejam integradas nas operações e políticas regulatórias do setor aquaviário brasileiro.

O comitê será intersetorial e farão parte, além de representantes da ANTAQ, membros de entidades nacionais e internacionais. A expectativa é que os nomes sejam apresentados dentro de 30 dias e o plano de ação em 60 dias.

A criação deste comitê está sendo discutida no âmbito da iniciativa Brasil Sem Misoginia, do Ministério das Mulheres, e do programa Rede Equidade, do Senado Federal, do qual a ANTAQ faz parte.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 09/10/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

INFRAESTRUTURA - SILVIO COSTA FILHO ASSINA CONTRATO DE ADESÃO DE R\$ 543,5 MILHÕES PARA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE USO PRIVADO DE LUÍS CORREIA

Investimento milionário promete modernizar a infraestrutura e transformar a economia do Piauí



Assinatura para a construção do Terminal de Uso Privado de Luís Correia - Foto: Vosmar Rosa

Nesta quarta-feira (9), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, formalizou a assinatura do contrato para a construção do aguardado Terminal de Uso Privado (TUP) em Luís Correia, no Piauí. Com um investimento robusto de R\$ 543,5 milhões, a obra promete não apenas modernizar a infraestrutura portuária da região, mas também impulsionar a economia.

De acordo com o governo do Estado, as obras deverão incrementar a arrecadação em R\$ 300 milhões ao ano. A previsão é de que, com o Porto, o Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí dobre em até 10 anos. O TUP de Luís Correia será multifuncional, com capacidade para movimentar uma ampla variedade de cargas, incluindo granel sólido mineral e vegetal, granel líquido e gasoso, além de carga geral e containerizada. A infraestrutura permitirá o recebimento de embarcações de até 60 metros de comprimento, 6 metros de calado e 11 metros de boca, ampliando as possibilidades de comércio e exportação na região.

O ministro celebrou a assinatura do contrato como um “um movimento importante para a construção da TUP” e destacou que esse é um avanço para o Estado que não contava com um porto e nem uma hidrovia. Silvio Costa Filho disse ainda que essa é uma mudança clara na economia do Piauí, que será ainda mais potencializada com essas grandes obras da infraestrutura.

Para o governador do Piauí, Rafael Fonteles, esse passo é fundamental para dar a credibilidade que o projeto merece. “Com o apoio do Ministério de Portos e Aeroportos e dos outros órgãos envolvidos, a gente vai conseguir, já no próximo ano, em uma modelagem de participação de Parceria Público Privada [PPP], colocar de pé tanto as obras quanto a operação do porto e do terminal para produção de hidrogênio verde (H2V), que vai ser uma revolução não apenas para o Piauí, mas para toda a região do Matupiba [região que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia], que é a que mais cresce na agropecuária brasileira”, afirmou o governador.

Durante a cerimônia de celebração do acordo, o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, agradeceu a parceria e afirmou que a assinatura do contrato de adesão é a etapa mais importante para que o projeto nasça de forma oficial e institucional. “As etapas seguintes, de licenciamento ambiental e estruturação do plano de negócio, são fundamentais, e nós estamos aqui à disposição para acompanhar as agendas, para contribuir e para poder efetivamente fazer com que o projeto avance”, disse.

Até o momento, já foram investidos R\$ 35 milhões na fase inicial do projeto, que incluem a construção do pátio (R\$ 16 milhões), da estrada de acesso (R\$ 7 milhões) e da sede do terminal (R\$ 12 milhões).

Hidrovia do Parnaíba

Na cerimônia, Silvio Costa Filho também assinou um acordo de cooperação técnica (ACT) entre a União e o estado do Piauí para delegação da hidrovia do Parnaíba ao Estado. Com o acordo, o Ministério de Portos e Aeroportos, juntamente com a Agência Nacional de Transporte Aquaviário

(Antaq) e o Departamento Nacional de Infraestrutura e Trânsito (Dnit), fica responsável por fazer um levantamento dos contratos existentes e em execução pela União na hidrovia, estabelecer prazos e obrigações das partes e realizar o inventário dos dispositivos de transposição.

Para o Estado, fica a responsabilidade de assumir os contratos existentes relativos à Hidrovia, além de responsabilizar-se pelo desenvolvimento de estudos e projetos necessários para consecução do projeto. Não haverá transferência de recursos financeiros, doação de bens ou alteração de pessoal entre as partes. O prazo do projeto é de cinco meses.

“A hidrovia do Parnaíba é uma marca para o estado do Piauí e do Maranhão. É a primeira hidrovia conduzida por um governo do estado e um grande simbolismo para o processo. Ela será estratégica e será uma marca para o Nordeste. Estamos avançando nessa agenda e começando pela região. Isso é uma mudança clara na matriz econômica do Estado, que será potencializada pelo Porto Luis Correia e pela hidrovia”, comemorou o ministro.

Para o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, o projeto está reforçando a pauta das hidrovias do governo, assim como a infraestrutura de desenvolvimento. "Estamos vendo a pauta avançando de modo concreto. E o desenvolvimento das hidrovias é uma pauta importantíssima dentro da diretriz que o ministro Silvio vem passando para nós. E nós queremos unir forças para que a infraestrutura seja provida e desenvolvida. Como cumpridores de políticas públicas, estamos muito motivados e comprometidos a continuar a dar suporte para essas realizações", afirmou.

A hidrovia do Rio Parnaíba (HN-400) tem extensão de 1.344 km e integra os rios Parnaíba e das Balsas. Ela é fundamental para o transporte regional de cargas, especialmente de grãos como soja, cana, arroz e milho, provenientes de áreas agrícolas no sul do Piauí, sudeste do Maranhão e regiões adjacentes.

Dividida em três trechos (Alto, Médio e Baixo Parnaíba), a hidrovia também serve como rota de transporte para pequenas embarcações, que atendem comunidades ribeirinhas, transportando alimentos e produtos locais. A navegação é possível para embarcações de até 600 toneladas e de menor porte, mas a infraestrutura da hidrovia ainda enfrenta limitações que afetam a eficiência do transporte fluvial na região.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 09/10/2024

PORTO ALEGRE FAZ TESTES COM AERONAVES DA FAB PARA GARANTIR SEGURANÇA NA RETOMADA DAS OPERAÇÕES DO AEROPORTO

Cerca de 3 milhões de passageiros deixaram de passar pelo Salgado Filho desde o início da interdição em maio



Testes com aeronaves da FAB no aeroporto Salgado Filho - Foto: Fraport

Com a retomada das operações prevista para dia 21 de outubro, o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, começou esta semana a fazer testes de segurança com o apoio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). Profissionais do Grupo Especial de Inspeção de Voo da FAB realizaram manobras de aproximação, pouso e decolagem, testando pela primeira vez os equipamentos de

operação do Salgado Filho, desligados desde o alagamento da pista que interditou o aeroporto no início de maio.

“Este trabalho da FAB é fundamental para garantir a segurança dos profissionais e passageiros do transporte aéreo. O retorno das operações representa um marco significativo para a mobilidade e a economia do Rio Grande do Sul. Estamos monitorando de perto o progresso para assegurar que

todas as etapas sejam cumpridas conforme o planejado”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, que visitará as instalações do Salgado Filho na próxima semana.

O aeroporto, neste momento, utilizará uma pista de 1.730 metros e será utilizado apenas para voos domésticos. A reabertura total da pista de 3.200 metros está prevista para o dia 16 de dezembro, quando o Salgado Filho voltará a receber voos internacionais.

Sílvio Costa Filho destaca a importância da reabertura do Salgado Filho para a economia do Rio Grande do Sul. “Foram 3 milhões de passageiros a menos que deixaram de passar pelo aeroporto de Porto Alegre neste período de interdição”, disse o ministro, lembrando que a retomada do movimento aéreo na capital gaúcha terá impacto também na autoestima e no otimismo da população.

O trabalho de inspeção da infraestrutura aeroportuária também está sendo realizado nas áreas internas, por onde passam passageiros e funcionários do aeroporto e das companhias aéreas. Parte dos equipamentos voltou a funcionar há três meses, quando o Salgado Filho retomou as operações de check-in, que estavam sendo realizadas provisoriamente em um shopping de Canoas. A Base Aérea de Canoas foi adaptada, neste período de interdição, para as operações de pouso e decolagem.

Segundo a Fraport, concessionária responsável pela gestão do aeroporto, cerca de 85% dos trabalhos de recuperação já foram concluídos, desde esteiras de bagagens até sistemas de energia e de TI.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 08/10/2024

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: BRASIL LIDERA PROGRAMA MUNDIAL DE DESCARBONIZAÇÃO DOS MODAIS DE TRANSPORTES E MOBILIDADE

Lei assinada pelo presidente Lula permite injetar investimentos de R\$ 260 bilhões em energia limpa e sustentável



Evento de sanção da lei do Combustível do Futuro, maior programa de descarbonização do setor de transportes e mobilidade do planeta - Foto: Vosmar Rosa

Ao sancionar a Lei do Combustível do Futuro, na manhã desta terça-feira (8), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva insere o Brasil na liderança mundial do plano de descarbonização da matriz energética. Mais do que um avanço significativo no incentivo à pesquisa, produção e uso de energia sustentável, a nova legislação promove a mobilidade de baixo de carbono, que alinha desenvolvimento dos modais de transportes com respeito e responsabilidade ao meio ambiente. A assinatura da nova lei ocorreu em evento realizado na Base Aérea Brasileira com a presença dos ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e de demais autoridades do governo. A solenidade contou também com representantes de empresas públicas e privadas do setor de biocombustíveis, gás e energia elétrica.



Transição energética

A nova lei permite iniciativas importantes e traz diretrizes para o desenvolvimento de combustíveis sustentáveis nos modais aéreo e marítimo do país. Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a assinatura do normativo é histórica para o país e mostra o quanto o Governo Federal está engajado em atingir as metas internacionais de redução das emissões de gases de efeito estufa, passo fundamental para



preservar o meio ambiente, além de garantir a subsistência e aumentar a segurança alimentar e hídrica.

“O Brasil vai se transformar no maior líder mundial da transição energética. Sem dúvida alguma, um dos maiores exportadores do SAF. Vamos fortalecer a biodiversidade, o biocombustível, a sustentabilidade e a descarbonização. A agenda ambiental é uma prioridade do Governo Federal. Vamos, cada vez mais, colocar o Brasil no rumo certo e na agenda globalizada. O mundo quer investir, mas quer produzir, sobretudo, com sustentabilidade. E o nosso país é uma janela de oportunidades para receber investimentos de todo o mundo”, afirmou Costa Filho.

O presidente Lula falou sobre a contribuição da nova lei para o país no desenvolvimento da indústria e economia do país. “Vocês não têm a dimensão de como é que eu me sinto olhando para o mundo e dizendo: o Brasil é o país que vai fazer a maior revolução energética do planeta terra e não tem ninguém para competir em energia eólica, solar, hídrica. Nós temos um monte de gente preparada para não ficar dependente de ninguém. Quando a gente cria uma matriz energética, e a gente oferece ao mundo, aumenta a nossa responsabilidade. Hoje, a sanção dessa lei é uma demonstração de que nenhum de nós tem o direito de continuar não acreditando que esse país pode ser uma grande economia mundial”, finalizou.

Ao reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa, o mundo combate de forma mais intensa as alterações climáticas extremas e impactos observados nos últimos tempos. Para capitanear esse processo de desaceleração do aquecimento global, o Brasil, como uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, lança programas essenciais que estão sendo adotadas nos demais países. Com a nova lei, as políticas públicas do setor de transportes vão gerar investimentos de R\$ 260 bilhões para o país, evitando a emissão de mais de 705 milhões de toneladas de gás carbono (CO2) até 2037.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, indicou que o combustível do futuro coloca o Brasil na dianteira da nova economia. Ela destacou que esse novo marco também garante mais investimentos no campo e mais empregos ao povo brasileiro. “A gente sempre escutou falar que o Brasil é o país do futuro, que seremos uma potência mundial. Mas o brasileiro sabe mais que ninguém que para crescer a gente tem que ralar muito. hoje, com muito suor e trabalho, estamos plantando uma nova semente. A semente do combustível do futuro”, avaliou.

Benefícios sem fronteiras

A lei aprovada institui uma série de benefícios ao país na transição energética para destravar os projetos de produção do novo combustível do futuro. Entre as ações está a implementação do Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV). Uma das iniciativas beneficiadas com esse plano é o projeto piloto primeira planta de produção de petróleo sintético para fabricação de combustível sustentável para aviação, lançado em junho deste ano pelo ministro Costa Filho. O projeto foi instalado na unidade de biodigestão da Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR), como principal fonte de carbono para a produção dos hidrocarbonetos, grupo de substâncias orgânicas que possuem apenas carbono e hidrogênio em sua constituição.

O ProBioQAV consiste em estabelecer metas de redução de emissões para as empresas aéreas domésticas. Esse plano deve ser cumprido pelas companhias por meio da utilização de SAF, sigla em inglês para Combustível Sustentável de Aviação. De acordo, o objetivo é tornar o modal aéreo mais sustentável, de modo a diminuir em 1%, até 2027, a emissão de gases de efeito estufa. Até 2037 a redução deve alcançar 10%.

O crescimento da indústria de SAF no Brasil tem potencial para reduzir os custos associados à descarbonização do transporte aéreo, além de contribuir para o crescimento do parque industrial de combustíveis renováveis no país. Atualmente, existem cerca de sete projetos de produção para o curto prazo anunciados no Brasil, que somam mais de R\$ 21 bilhões em investimentos. As principais matérias-primas utilizadas são a cana-de-açúcar, a soja, a macaúba, a palma e a gordura animal.

Demanda global

Segundo o relatório produzido pelo Comitê de Proteção Ambiental da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), até 2050, a utilização de SAF pode responder por uma redução nas emissões de CO2 entre 41% e 55%. Aqui no país, a Lei do Combustível do Futuro visa permitir incentivos de políticas públicas, como abertura de novas linhas de crédito para projetos de produção de SAF e a criação de um fundo garantidor para implementar ações que vão garantir uma sociedade mais consciente e sustentável às práticas ligadas ao meio ambiente.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/10/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RECUPERAÇÃO DA BR-242 CRIA MAIS OPORTUNIDADES À POPULAÇÃO DO OESTE DA BAHIA

Principal acesso à área de ecoturismo da Chapada Diamantina recebe melhorias que, ao mesmo tempo, promovem a segurança dos condutores e fortalecem negócios



Após receber melhorias que garantem longevidade à rodovia, a BR-242/BA agora é uma rota segura à área de ecoturismo da Chapada Diamantina - FOTO: Divulgação/DNIT

A revitalização de um trecho de 38 quilômetros da BR-242 tem um significado importante para os mais de 280 mil moradores de duas cidades baianas: Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Com investimento de R\$ 6,7 milhões do Ministério dos Transportes, as obras incluíram a aplicação de microrrevestimento asfáltico e nova

sinalização horizontal, além de limpeza e roçada. As ações em conjunto facilitam o tráfego e dão mais segurança aos que utilizam a rodovia. E também ampliaram a vida útil das pistas, removendo fissuras e dando uma melhor proteção contra o desgaste do asfalto existente.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) realizou intervenções em dois segmentos. Primeiro, do km 867,54 ao km 887,58. Depois, do km 907,59 ao km 925,71. A BR-242 atravessa a Chapada Diamantina e o oeste baiano, sendo o principal acesso à área de ecoturismo da região. Ela também é elo de integração regional, já que favorece a mobilidade entre cidades, facilitando o acesso a serviços e impulsionando o comércio.

A rodovia também é rota fundamental de escoamento de produtos da região para o Porto de Aratu, na Baía de Todos os Santos, em Candeias (BA), conectando os municípios aos principais portos e mercados do país no transporte de grãos como soja, milho e algodão, assim como de insumos agrícolas. Dessa forma, a BR-242 ajuda a atrair investimentos aos municípios baianos, com a construção de armazéns e centros de distribuição, entre outros empreendimentos, que fortalecem a economia local.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 09/10/2024

RODOVIAS - TRIBUNAL FEDERAL DERRUBA SUSPENSÃO DA LICENÇA PRÉVIA E LIBERA A CONTINUIDADE DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA BR-319/AM/RO

“Isso permite que o projeto possa avançar, garantindo desenvolvimento econômico com sustentabilidade”, afirma o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides



Trecho da BR-319, entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO) - Foto: DNIT

As obras de asfaltamento da BR-319/AM/RO, no trecho entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO), poderão ser retomadas, de acordo com uma decisão da Justiça Federal, que derrubou a Ação Civil Pública ajuizada pelo Laboratório de Observação do Clima.

A decisão, tomada nesta segunda-feira (7), pelo desembargador Flávio Jardim, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, libera a Licença Prévia nº 672/2022, concedida para início das obras na rodovia. A liberação da licença é resultado de uma petição conjunta da União, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

"Essa decisão certamente traz segurança jurídica para o andamento do licenciamento, buscando a realização das obras na BR-319, tão importantes para o desenvolvimento socioeconômico da região e para a preservação ambiental dos ecossistemas que margeiam a rodovia", afirmou o consultor jurídico do Ministério dos Transportes, Marconi Filho.

De acordo com desembargador Flávio Jardim "nada impedia o Ibama, e os demais atores estatais envolvidos no processo, de alterar, de forma fundamentada, algumas de suas exigências, com o objetivo de melhor adequá-las ao recorte normativo e institucional que disciplina as atribuições de cada uma das instituições envolvidas num projeto como o ora analisado".

"O Ministério dos Transportes agora vai acelerar a agenda de diálogos com os múltiplos gestores das áreas setoriais afeitas ao desenho de governança do entorno da BR-319 para que o projeto possa avançar garantindo desenvolvimento econômico com sustentabilidade", assegurou o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides.

Integração nacional

Em sua decisão, que permite a continuidade das obras, o desembargador Flávio Jardim também mencionou a crise do oxigênio em Manaus durante a pandemia, em que "o isolamento da cidade foi um fator de enorme dificuldade de transporte de oxigênio, no estrondoso volume que estava sendo consumido naqueles dias".

O juiz avaliou que "ainda que fosse melhor o transporte pela rota Porto Velho-Manaus pelo Rio Madeira, se comparada à rota Belém-Manaus, não há dúvidas de que as carretas demorariam menos tempo trafegando pela BR-319, se ela estivesse pavimentada".

A BR-319 é um importante trajeto para a Região Norte do país, sendo a única via terrestre que liga o Amazonas aos estados de Roraima e Rondônia e, conseqüentemente, ao restante do país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 09/10/2024

A implantação do Port Community System (PCS) no Porto de Santos promete impulsionar as atividades do complexo marítimo, especialmente as operações de comércio exterior. Ao integrar os diversos atores envolvidos no processo logístico, o PCS irá revolucionar a forma como as cargas são movimentadas e acompanhadas, desde a origem até o destino final.



A iniciativa, que conta com o apoio do Ministério de Portos e Aeroportos e a participação ativa do setor privado, em especial do Grupo Brasil Export, visa criar um ambiente de cooperação e governança que permita a troca de informações de forma eficiente e segura. Ao reduzir a burocracia e otimizar os processos, o PCS contribuirá para a agilidade das operações portuárias, reduzindo os custos logísticos e aumentando a competitividade do Porto de Santos no cenário internacional.

É importante destacar que a implementação do PCS não se limitará à agilização de processos. A plataforma também oferece a oportunidade de desenvolver soluções inovadoras e personalizadas para atender às necessidades específicas de cada empresa e cada tipo de carga. Ao integrar dados de diversas fontes, o PCS possibilita a criação de análises mais precisas e a identificação de oportunidades de melhoria contínua.

A participação do Ministério de Portos e Aeroportos nesse processo é estratégica para garantir o sucesso da iniciativa. Ao atuar como um facilitador e coordenador, o Ministério pode contribuir para a criação de um ambiente propício à inovação e à cooperação entre os diferentes atores envolvidos. Além disso, o apoio do Governo é importante para a obtenção de recursos e para a criação de um marco regulatório favorável à implementação do PCS.

A experiência de outros países com o PCS demonstra os benefícios dessa ferramenta para a eficiência e a competitividade dos portos. Ao adotar essa tecnologia, o Porto de Santos se posiciona como um complexo marítimo moderno e inovador, que busca atender às demandas de um mercado global cada vez mais exigente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RUMO AO SENADO 1

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), já tem capital político para disputar uma vaga no Senado em 2026, afirmou nessa terça-feira, dia 8, o presidente estadual do Republicanos em Pernambuco, Samuel Andrade. Segundo o político, o “bom” resultado do pardo nesse primeiro turno das eleições municipais reforça as chances de Costa Filho. “Nosso ministro Silvio Costa Filho já tem o nome referendado para disputar o cargo (de senador) em 2026, mediante o trabalho que ele vem fazendo pelo Brasil. Na última eleição de 2022, o nome de Silvio já era colocado por prefeitos aliados de Pernambuco, e agora, com sua passagem pelo Ministério o seu espaço naturalmente está sendo demarcado no cenário em 2026”, disse.

RUMO AO SENADO 2

O Republicanos conquistou 22 prefeituras em Pernambuco, o quarto melhor resultado no estado. “Isso nos dá perna nesses municípios para construir um palanque para 2026”, comentou Andrade.

REELEITOS

Ainda sobre o primeiro turno das eleições municipais, dos mais de 3 mil prefeitos que tentaram se reeleger em todo o País, 80,6% tiveram sucesso, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre os mais de 3 mil prefeitos que buscaram se reeleger nas eleições municipais de 2024, 80,6% - 2.444 - tiveram sucesso. Em Alagoas, dos 55 que tentaram se manter mais quatro anos em suas prefeituras, só um não conseguiu. Já São Paulo teve o menor índice de reeleição. Dos 365 que tentaram obter mais um mandato, 259 (70,95%) atingiram seu objetivo.

BANCO CENTRAL 1

O Senado aprovou nessa terça-feira, dia 8, a indicação do economista Gabriel Galípolo para ser presidente do Banco Central do Brasil entre 2025 e 2028. Galípolo foi aprovado por 66 votos favoráveis e 5 contra. A votação foi secreta. Ele deve assumir o posto em 1º de janeiro.

BANCO CENTRAL 2

Atual diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Muricca Galípolo foi indicado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para substituir o atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto. Na parte da manhã, Galípolo foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após quatro horas de sabatina.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

NACIONAL - LULA SANCIONA LEI PARA AMPLIAR PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS

Texto cria programas nacionais de diesel verde, combustível sustentável para aviação e aumenta a mistura de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel

Da Redação redacao.jornal@redeneews.com.br



A lei institui três programas para incentivar a pesquisa, a produção, a comercialização e o uso de biocombustíveis, com o objetivo de promover a descarbonização da matriz de transportes e de mobilidade. Foto: Ricardo Stuckert

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta terça-feira (8), a Lei Combustível do Futuro, que incentiva a produção e uso de combustíveis sustentáveis. Ela cria programas nacionais de diesel verde, de combustível sustentável para aviação e de biometano, além de aumentar a mistura de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel, respectivamente. As informações são da Agência Brasil.

De acordo com o texto, a margem de mistura de etanol à gasolina passará a ser de 22% a 27%, podendo chegar a 35%. Atualmente, a mistura pode chegar a 27,5%, sendo, no mínimo, 18% de etanol. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou os investimentos que serão feitos na produção de etanol a partir da nova lei.

“Vamos aumentar a mistura do etanol na gasolina. Estamos fortalecendo a cadeia do etanol criada há 40 anos, impulsionada nos anos 2000 com os veículos flex. Poderemos saltar do E27 até 35% de etanol na mistura. Isso vai expandir a produção nacional, que hoje é de 35 bilhões de litros, para 50 bilhões de litros por ano. São mais de R\$ 40 bilhões em novos investimentos e R\$ 25 bilhões para formação de canaviais, de mais milharais e transportes. É a segunda geração do etanol”.

Ainda segundo o ministro, a Lei Combustível do Futuro vai gerar mais de R\$ 260 bilhões de investimentos no agro e na cadeia dos biocombustíveis.

Programas

A lei institui três programas para incentivar a pesquisa, a produção, a comercialização e o uso de biocombustíveis, com o objetivo de promover a descarbonização da matriz de transportes e de mobilidade.

O primeiro deles é o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV). Esse programa estabelece que a partir de 2027, os operadores aéreos serão obrigados a reduzir as emissões de gases do efeito estufa nos voos domésticos por meio do uso do combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês). As metas começam com 1% de redução e crescem gradativamente até atingir 10% em 2037.

Já o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) prevê que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleça, a cada ano, a quantidade mínima, em volume, de diesel verde a ser adicionado ao diesel de origem fóssil.



Por fim, o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano tem como objetivo estimular a pesquisa, a produção, a comercialização e o uso do biometano e do biogás na matriz energética brasileira. O CNPE definirá metas anuais para redução da emissão de gases do efeito estufa pelo setor de gás natural por meio do uso do biometano. A meta entrará em vigor em janeiro de 2026, com valor inicial de 1% e não poderá ultrapassar 10%.

Biocombustíveis

Biocombustíveis são derivados de biomassa renovável que podem substituir, parcial ou totalmente, combustíveis derivados de petróleo e gás natural em motores a combustão ou em outro tipo de geração de energia.

Os dois principais biocombustíveis líquidos usados no Brasil são o etanol obtido a partir de cana-de-açúcar e, em escala crescente, o biodiesel, que é produzido a partir de óleos vegetais ou de gorduras animais e adicionado ao diesel de petróleo em proporções variáveis

Os combustíveis sustentáveis são uma alternativa aos combustíveis fósseis, como o petróleo, gás natural e carvão mineral. O combustível fóssil é mais poluente e de produção bastante lenta, pois deriva da decomposição de matéria orgânica. Devido ao processo lento de formação desse tipo de combustível, ele não é renovável, pois não acompanha a demanda de consumo atual.

A nova lei também institui o marco regulatório para a captura e a estocagem de carbono e destrava investimentos que somam R\$ 260 bilhões. A ideia do governo é criar oportunidades que aliam desenvolvimento econômico com geração de empregos e respeito ao meio ambiente.

“Colheita”

Em seu discurso, Lula destacou a importância da lei como exemplo de potencial econômico do Brasil. “A sanção dessa lei é uma demonstração de que nenhum de nós tem o direito de duvidar que o país pode ser uma grande economia. Porque esse país tem tudo para crescer. O que [o país] precisa é de governantes à altura das aspirações do povo brasileiro”.

O presidente também afirmou que o Brasil é respeitado pelos outros países pelas medidas tomadas na produção de energia limpa e afirmou que agora é hora da “colheita” das medidas implementadas desde o início do governo.

“Tenho dito para os meus ministros: agora é época da colheita. Agora é hora de a gente colher, e colher bem. Porque quero, outra vez, deixar a Presidência da República com esse país crescendo, respeitado no mundo inteiro, invejado no mundo inteiro pela nossa capacidade de fazer essa revolução energética que estamos fazendo”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

PORTO DE SANTOS - OGMO SANTOS LANÇA PROCESSO SELETIVO COM 600 VAGAS PARA ESTIVADORES

Seleção inclui etapas de avaliação e curso de formação profissional, com foco na renovação e qualificação da mão de obra portuária

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos (Ogmo/Santos) abrirá processo seletivo privado para ingresso de trabalhadores portuários avulsos na categoria Estivadores. Serão 300 vagas imediatas e 300 vagas em lista de espera. Isto será possível após a assinatura de uma nova Convenção Coletiva de Trabalho no dia 24 de setembro entre o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e o Sindicato dos Estivadores do Porto de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão.



A abertura de vagas para estivadores será possível após assinatura de uma Convenção Coletiva de Trabalho no dia 24 de setembro entre o sindicato da categoria e o Sopesp. Foto: Divulgação

Todo o processo será organizado e conduzido pelo IDCAP (Instituto de Desenvolvimento e Capacitação), instituição especializada na realização de processos seletivos privados e concursos públicos. Os candidatos, homens e mulheres, maiores de 18 anos, deverão ter concluído o Ensino Fundamental (9º ano), dentre outros pré-requisitos que serão divulgados no edital de abertura do certame. Também deverão comprovar a capacidade de dedicação exclusiva às atividades como trabalhador portuário avulso, não possuindo vínculo empregatício no momento da inscrição no cadastro do Ogmo/Santos.

“Parabenizamos o Sopesp e o Sindicato dos Estivadores pela assinatura dessa importante convenção, que vai proporcionar a oxigenação do sistema, mais de dez anos depois da entrada dos últimos estivadores no cadastro do Ogmo/Santos. Este processo seletivo é a continuidade de um trabalho iniciado em 2022 com a publicação de edital para processo seletivo privado para abertura de 70 vagas para a categoria de Consertadores, e posteriormente um novo processo seletivo privado para abertura de 50 vagas para a categoria do Bloco. Em ambos os processos seletivos, tivemos participação e aprovação de mulheres, que iniciaram carreira como trabalhadoras portuárias avulsas. O Ogmo/Santos incentiva a participação feminina em todos os processos seletivos”, destacou o diretor-executivo do Ogmo/Santos, Evandro Schmidt Pause.

A exemplo dos processos anteriores o processo seletivo privado para abertura de vagas no cadastro do Ogmo/Santos para a categoria de Estiva terá várias etapas, sendo: prova objetiva, prova de títulos, teste de avaliação física, teste de avaliação psicológica, apresentação de documentos e comprovação de requisitos para exercício da atividade, exame médico e curso de formação profissional do trabalho portuário.

A renda do trabalhador portuário avulso é variável e fruto da quantidade de períodos trabalhados por cada trabalhador em determinado mês, multiplicado pela remuneração paga por cada operador portuário para cada período, o que é definido nos Acordos Coletivos de Trabalho firmados entre o Sindicato dos Estivadores e os Operadores Portuários do Porto de Santos.

A média de remuneração mensal dos trabalhadores avulsos da categoria dos Estivadores Cadastrados no Ogmo/Santos gira em torno de R\$ 3.000. É importante frisar que o valor está sujeito às condições de oferta de trabalho e remuneração negociadas pelo sindicato da categoria laboral, não existindo qualquer garantia de rendimentos.

Inscrições

O edital para o processo seletivo privado para abertura de vagas no cadastro do OGMO/Santos – categoria Estiva será publicado nesta quarta-feira, dia 9, e poderá ser acessado no site do IDCAP (www.idcap.org.br). O período de inscrições se inicia no próximo dia 15, finalizando em 7 de novembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

REGIÃO NORDESTE - CEARÁ FOI O ESTADO COM MAIOR CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM AGOSTO, DIZ IBGES

David Almeida aposta em obras sustentáveis e ampliação do transporte, enquanto Roberto Cidade foca no estímulo ao empreendedorismo e à capacitação

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

A produção industrial cearense registrou avanço de 2,7% em agosto, ocupando a liderança nacional e mostrando crescimento pelo terceiro mês consecutivo, período em que acumulou ganho de 6,2%. O Ceará é seguido por Minas Gerais (1,8%), que ocupa o segundo lugar no ranking de maiores altas na produção industrial em agosto. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa aponta ainda que, na passagem de julho para agosto, a produção industrial brasileira mostrou variação positiva de 0,1%, com crescimento em cinco dos 15 locais investigados. Na comparação com agosto de 2023, a indústria nacional mostrou crescimento de 2,2% em agosto de 2024, com 12 dos 18 locais pesquisados apontando taxas positivas.

Ceará (17,3%), Pará (16,9%) e Mato Grosso do Sul (12,4%) assinalaram o ganho no ritmo de produção mais acentuado no comparativo. Os setores de artefatos do couro, artigos para viagem e calçados, e de produtos químicos foram os que mais contribuíram para o bom resultado cearense.

Ainda sobre o índice mensal, Bahia (0,8%), Mato Grosso (0,8%) e Rio de Janeiro (0,2%) completaram o conjunto de locais com índices positivos em agosto de 2024. Enquanto Pará (-3,5%), Paraná (-3,5%) e Rio Grande do Sul (-3,0%) registraram as taxas mais expressivas de recuo na produção. São Paulo, maior parque industrial do Brasil, caiu 1,0% na passagem de julho para agosto, a maior influência negava no resultado da indústria nacional. Trata-se da segunda taxa negava seguida da indústria paulista, acumulando uma perda de 2,4%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

BRASIL EXPORT - GRUPO BRASIL EXPORT ANUNCIA CALENDÁRIO DE EVENTOS PARA 2025

Agenda, que começa em fevereiro com a festa de abertura, reúne eventos estratégicos em diferentes regiões, incluindo o Pernambuco Export e o Latam Export
YOUSEFE SIPP redacao.jornal@redebenews.com.br



Para Fabrício Julião, o fato de já anunciar todo o calendário do ano que vem demonstra o compromisso e a dedicação do Grupo Brasil Export com o setor de infraestrutura. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O Grupo Brasil Export divulgou seu calendário de eventos para 2025, com início no dia 5 de fevereiro, quando ocorre a festa de abertura do ciclo de fóruns. O CEO do Grupo, Fabrício Julião, anunciou que a primeira edição regional será o Pernambuco Export, ainda em fevereiro, atendendo a um pedido do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

“Nossa palavra de ordem é ‘planejamento’. Quando aproveitamos este momento para já anunciar todo o calendário do ano que vem, isso mais uma vez demonstra nosso compromisso e nossa dedicação com o setor de infraestrutura”, afirmou Julião na terça-feira (8), durante a abertura do fórum Brasil Export.

Em março o Santos Export será realizado em Santos (SP), com a inclusão do Brasil Tech Export, uma iniciativa do Grupo voltada para o desenvolvimento de tecnologias que aprimorem a integração logística nos principais modais de transporte. A região concentra o maior porto do país e, segundo Julião, “é um local de grande importância para o setor”.

Para abril, o calendário inclui o Sudeste Export, no Rio de Janeiro, em colaboração com o novo segmento Latam Export, liderado por Raquel Kibrit, diretora da Associação Internacional de Desenvolvimento Portuário, e contará com a participação da Companhia Docas do estado.

No mesmo mês, o Sul Export, sob a organização de Jesualdo Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), acontecerá em Porto Alegre (RS), um ano após a tragédia climática que atingiu a infraestrutura local.

Em maio, está programado o Tocantins Export, que ocorrerá em Palmas (TO) em conjunto com a Agrotins, uma das maiores feiras agropecuárias do Brasil. No mesmo mês, o Nordeste Export será realizado no Piauí, com apoio da Investe Piauí.

Em junho, o Centro-Oeste Export retorna a Rondonópolis (MT), onde foi realizado pela primeira vez. Já o Mercosul Export, será em Julho no Paraguai, após dois anos de edições anteriores no Uruguai, como parte de um esforço para unir os países sul-americanos em torno da agenda de infraestrutura e logística.

Em agosto, o Bahia Export vai ser realizado novamente em Salvador (BA), após o sucesso da edição 2024. Para setembro, a Missão Internacional Brasil Export ocorrerá entre os dias 7 e 11, com visitas à França e Espanha, celebrando os 200 anos das relações entre Brasil e França.

No mesmo mês, o Norte Export acontecerá em Belém (PA), buscando alinhar a infraestrutura da cidade para a COP 2030, Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O Sustenta Export também será realizado em setembro, abordando questões ambientais que impactam o setor, como secas e queimadas.

O calendário de 2025 será encerrado com o Fórum Nacional Brasil Export, agendado para outubro.

“Viajamos muito este ano, e no ano que vem continuaremos para mostrar as diversas realidades da infraestrutura e os desafios que precisamos enfrentar para continuar gerando emprego e renda”, concluiu o CEO do Grupo Brasil Export.

Conselho Latam Export

O Grupo Brasil Export e a Associação Internacional de Desenvolvimento Portuário assinaram um termo de cooperação celebrando a criação da entidade e estabelecendo o fórum Latam Export.



Raquel Kibrit foi nomeada presidente do Conselho Latam Export e destacou a importância do novo segmento para conectar o setor de infraestrutura e logística ao mercado internacional. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Raquel Kibrit, diretora-executiva da Associação, foi nomeada presidente do conselho e destacou a importância do novo segmento para conectar o setor de infraestrutura e logística ao mercado internacional. “Estamos criando algo incrível que permitirá trazer nossas conexões internacionais para o Brasil e aumentar a competitividade”, disse.

O Latam Export será um canal dedicado à discussão e promoção da integração logística, além de fomentar a criação de novas oportunidades de negócios entre as nações da América Latina.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 09/10/2024

BRASIL EXPORT - MPOR TERÁ PAPEL PARTICIPATIVO E COLABORATIVO EM IMPLANTAÇÃO DO PCS EM SANTOS

Diretor Tetsu Koike destacou o acordo com o HUB Brasil Export para projetos de soluções inovadoras

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br

A criação e implantação do Port Community System (PCS) no Porto Organizado de Santos (SP) é visto com grande expectativa pela comunidade portuária e players do setor marítimo e portuário. O diretor do Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Tetsu Koike explicou que o papel da pasta na adoção da plataforma será participativo e colaborativo, em conjunto com os atores envolvidos para uso mais efetivo da tecnologia.



Especialistas debateram no painel a adoção do PCS no Porto de Santos, que irá envolver setores públicos e privados, com o intuito de reduzir o tempo e o custo das operações. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O PCS é uma plataforma eletrônica que facilita a troca de informações entre diferentes sistemas e organizações de uma comunidade portuária. Ele integra dados de diversas empresas, órgãos públicos e prestadores de serviços, otimizando processos e aumentando a eficiência logística, sem substituir os sistemas individuais. A adesão é

voluntária, e sua governança é coletiva, geralmente coordenada por uma entidade neutra, como uma autoridade portuária.

A adoção dessa iniciativa no Porto de Santos irá envolver setores públicos e privados, com o intuito de reduzir o tempo e o custo das operações de importação e exportação. A iniciativa visa consolidar um ambiente de cooperação e governança, além de estabelecer um espaço dedicado a estudos e formulação de propostas voltadas à inovação no setor.

O diretor do Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do MPor salientou que será necessário, dentro do processo de implantação, ouvir e entender o que cada player compreende como PCS e quais melhorias ele pode trazer para determinada operação.

“Nossa discussão é saber o que cada um entende por PCS. Quais os ganhos que a comunidade vai ter e como nós vamos coordenar com atores distintos de várias atividades que se inter relacionam. Para que possamos criar um ambiente no qual a gente encontre agregação de valor para nossos negócios”, explicou.

No mês passado, o Ministério de Portos e Aeroportos firmou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Grupo Brasil Export para o desenvolvimento de projetos de soluções inovadoras no Porto de Santos, que inclui a implantação do PCS. Conforme divulgado, o acordo prevê a criação da plataforma no cais santista em 24 meses.

“Hoje, o Ministério não tem um projeto de PCS em execução. Por isso é importante o ACT que fizemos com o Brasil Export, porque é um fórum privilegiado em que todos os setores de infraestrutura, comércio exterior e logística se congregam”, disse.

Planejamento

O diretor-técnico do HUB Brasil Export, Paulo Ho, afirmou que a criação do PCS não surge do zero, uma vez que alguns de seus processos já foram implementados em portos brasileiros.

“O PCS já é um processo que vem sendo discutido nos últimos anos e alguns de seus segmentos já foram implementados. Agendamentos já existem na maioria dos portos, questão de trânsito aduaneiro entre terminais, molhados e secos, já está funcionando. Estamos falando de funcionalidades que seriam partes de um PCS, que é o que existe nos portos europeus e asiáticos”, pontuou.

Ho finalizou reforçando o importante acordo entre MPor e o HUB do Brasil Export, que servirá para implementar a plataforma.

“No nosso caso, a lição que cabe ao Hub é, primeiramente, juntar todo esse acervo de iniciativas que já foram feitas e chamar a comunidade portuária para discutir. A ação do Ministério e do Brasil Export é de fato a implementação. Chega de mapeamento, vamos partir para o real, botar o sistema para rodar”, completou.

Participaram do painel Marcelo D’Antona, vice-presidente adjunto para América Latina e Caribe da Hamburg Port Consulting; Gustavo Davis, diretor sênior da CrimsonLogic para a América Latina. A moderação foi de Angelino Caputo, presidente do Conselho de Tecnologia do Brasil Export e diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra).

O Brasil Export 2024 é uma edição nacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 09/10/2024

BRASIL EXPORT - PESQUISA SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR AQUAVIÁRIO TERÁ NOVA FASE

Questionário será reformulado e resultado da nova avaliação será publicado em 2025
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redebnews.com.br



Flávia Takafashi fez um panorama sobre as ações da Antaq que versam sobre a implementação de ações de pautas ESG no setor de transportes aquaviários e na própria agência. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O questionário de pesquisa sobre equidade de gênero no setor aquaviário elaborado pela Agência de Transportes Aquaviários (Antaq) em parceria com a Wista Brazil (Women’s International Shipping and Trading Association) terá nova fase. A ideia é refinar as perguntas ainda em 2024, apresentar o resultado do novo levantamento em 2025 e passar a monitorar o desenvolvimento da equidade no setor em 2026.

As informações foram repassadas por Flávia Takafashi, diretora da agência, durante sua participação no Fórum Brasil Export, que começou nesta terça-feira (8), e segue até quinta-feira (10), em Brasília.

Flávia fez um panorama sobre as ações da Antaq que versam sobre a implementação de ações das pautas Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) no setor de transportes aquaviários e na própria agência.

“A gente está em um momento de refinar um novo questionário para, como fizemos em 2023, entregar uma nova publicação em 2025 e assim conseguir monitorar de dois em dois anos a participação feminina no setor a fim de entender qual a posição do Brasil em relação ao cenário internacional”, pontuou.

O primeiro levantamento sobre equidade foi entregue no ano passado e mostrou que apenas 17,6% do total de vagas no setor aquaviário brasileiro é ocupado por mulheres.

Flávia apontou que o Brasil tem uma participação feminina parecida com a do resto dos países, mas que o objetivo é sempre fomentar a entrada de mais mulheres no setor promovendo a equidade.

Além da pesquisa, Takafashi citou ações da agência para inserir mulheres no mercado aquaviário e marítimo, como promover, desde 2008, o Curso de Gestão Portuária exclusivamente para mulheres, realizado anualmente em Le Havre, na França.

A agência também lançou no começo deste ano o Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário, um manual de boas práticas para combater o assédio contra mulheres que trabalham nos portos e na navegação brasileira focado em impulsionar protocolos que fortaleçam o setor aquaviário.

O documento foi elaborado pela Antaq, Ministério de Portos e Aeroportos, Wista Brazil e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Outra ação destacada foi a criação, em julho deste ano, do Comitê-Geral de Gênero e Diversidade do Setor, focado em fomentar debates e desenvolver ações destinadas à promoção da diversidade e da inclusão.

O comitê é intersetorial e busca membros de entidades nacionais e internacionais, como a Marinha do Brasil, a Confederação Nacional do Transporte (CNT), MPor, entre outros. A expectativa é que os nomes sejam apresentados em 30 dias e o plano de ação em 60 dias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

BRASIL EXPORT - GRUPO BRASIL EXPORT E INSTITUTO LIXO ZERO ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO

Objetivo é criar programas de estruturação sobre gestão lixo zero e compartilhá-los com empresas do setor de infraestrutura

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redebenews.com.br



Fabrício Julião, CEO do Grupo Brasil Export, assinou o documento, seguido por João Amaral, Alice Watson e Simone Pinheiro, e Kadmo Cortes. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O Grupo Brasil Export e o Instituto Lixo Zero assinaram um termo de cooperação com o objetivo de criar programas que envolvem o conceito Lixo Zero e dividi-los com as empresas do setor de infraestrutura interessadas em implantar ações que vão ao encontro dessa proposta. A assinatura ocorreu durante o Fórum Brasil Export, que começou nesta terça-feira (8), e segue até quinta-feira

(10), em Brasília.

Fabrício Julião, CEO do Grupo Brasil Export, assinou o documento, seguido por João Amaral, presidente do conselho ESG do Grupo; Alice Watson e Simone Pinheiro, docentes do Instituto Federal de Brasília; e Kadmo Cortes, vice-presidente do Instituto Lixo Zero Brasil.

Kadmo explicou que o conceito lixo zero é a não formação de lixo, mudando assim o modelo atual, que só pensa na solução depois do lixo já formado. “A gente precisa sair desse contexto de lixo e olhar como resíduos e oportunidades, trabalhando pela implantação da economia circular. A nossa proposta com esse acordo junto ao Grupo Brasil Export é criar programas de estruturação, transferindo nosso conhecimento para que as empresas possam implementar (a gestão lixo zero)”, explicou.

A intenção do acordo é também capacitar lideranças das empresas sobre o tema com cursos, workshops e promoção de intercâmbios voltados à sustentabilidade, ESG, economia circular e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

João Amaral ressaltou o papel do conselho ESG, explicando que além de provocar o debate sobre sustentabilidade durante os fóruns, é preciso construir ações concretas, o que foi representado pela assinatura do acordo.

O prazo de vigência da proposta é de dois anos, mas pode ser prorrogado se necessário.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/10/2024

NACIONAL - ESG NA PRÁTICA: BRASIL EXPORT PROPÕE NOVAS FORMAS DE COMUNICAR SUSTENTABILIDADE

Discussões abordam entretenimento, digitalização e podcasts como meios de aproximar a população dos investimentos em sustentabilidade no setor de infraestrutura

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebnews.com.br



Especialistas discutiram durante o painel do fórum Brasil Export o uso do entretenimento e da mídia para simplificar temas complexos como ESG e sustentabilidade

No setor de infraestrutura, especialmente no de logística e transportes, existe um desafio significativo em transmitir as informações de forma acessível ao público. Investimentos substanciais em sustentabilidade acabam não sendo compreendidos pela população devido à complexidade da linguagem técnica utilizada.

Durante o primeiro dia do Fórum Brasil Export, na terça-feira (8), especialistas e autoridades debateram como o uso da mídia e comunicação para aproximar essas informações do cotidiano das pessoas.

Francisco Brasileiro, produtor audiovisual e empreendedor em ESG (sigla em inglês para (Ambiental, Social e Governança), apresentou uma proposta inovadora: utilizar o entretenimento para aproximar a sustentabilidade e as práticas população. Ele enfatizou a necessidade de uma abordagem acessível que traduza conceitos técnicos em linguagem prática.

Brasileiro sugeriu a criação de programas audiovisuais, como séries e realities, que mostrem como as práticas ESG são aplicadas no dia a dia pelo setor de infraestrutura. "A gente traz soluções práticas, replicáveis, de macro a micro. Se você vai trabalhar, tem que ter infraestrutura, mas demorou anos e anos para chegar a aquele resultado final", afirmou.

"Mostrar, no dia a dia, o que pode ser replicado e como isso pode realmente impactar a vida do cidadão", completou, destacando que a iniciativa pode também unir o setor público e privado em busca de soluções práticas para a sociedade, com colaborações e parcerias entre os entes.



O produtor sugeriu o uso de ferramentas como banco de dados e digitalização para acelerar processos, aumentar a transparência e interação com a audiência. “O planejamento tem que existir para que possamos agir agora”, disse Brasileiro, lembrando que experiências bem-sucedidas em outros países podem ser replicadas no Brasil.

O presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mario Povia, comentou sobre o lançamento do "Infracast", o primeiro podcast do Brasil dedicado exclusivamente a temas de infraestrutura. “Quando pensamos no Planejamento Estratégico, elegemos 14 eixos temáticos e criamos comitês para isso”, destacou Povia.

“Temos primeiro o cuidado para falar do lado do governo: como observamos os novos contratos de concessão, os novos contratos de arrendamento e todo o cuidado que há em relação à questão de sustentabilidade”, finalizou Povia.

Conselho ESG

João Eduardo Amaral, presidente do Conselho ESG do Brasil Export, comentou sobre as ações do grupo em 2024. “Um novo olhar para a pauta da sustentabilidade nos nossos trabalhos vem representando o que aprendemos com pluralidade de pensamentos e experiências. Temos evoluído com novas iniciativas e promovido a educação para uma melhor compreensão sobre ESG no setor de infraestrutura, pontuou.

Amaral também abordou a edição do Sustenta Export realizada em Fernando de Noronha neste ano. “Discussões essenciais sobre o futuro sustentável do Brasil, conectando a infraestrutura às novas oportunidades. Estamos diante de um momento importante, especialmente com a COP de 2030 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas) em Belém, onde todas as atenções estão voltadas para o nosso país”, completou.

O ator e embaixador de sustentabilidade do Brasil Export, Mateus Solano, enviou uma mensagem de vídeo durante o Fórum. “O entretenimento conecta, educa e inspira a sociedade. Quando trabalhamos juntos, geramos mudanças reais”, disse Solano.

O painel "Investimentos e ações pioneiras para a criação de uma cultura de sustentabilidade no ambiente da infraestrutura" foi moderado pela jornalista da Rede BE News, Núria Bianco. Também participaram do debate Béatrice de Toledo Dupuy, gerente executiva de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade da Santos Brasil, e Roberto Oliva, presidente do Conselho Deliberativo da ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários).

O Brasil Export 2024 é uma edição nacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

BRASIL EXPORT - SEGUNDO DIA DO BRASIL EXPORT Foca na Modernização e Segurança Portuária

Debates sobre gestão eficiente, marco legal e qualificação da mão de obra pautam o evento em Brasília

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O segundo dia do Brasil Export – Fórum Nacional de Logística, Infraestrutura e Transportes – será dedicado a discussões cruciais sobre o futuro do setor portuário e das infraestruturas de transporte no Brasil. Nesta quarta-feira (9), em Brasília (DF), o dia começa com o Encontro Nacional de



Autoridades Portuárias e Hidroviárias (Enaph), seguido da abertura oficial realizada por Luiz Fernando Garcia, presidente da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), e Alex Ávila, secretário nacional de Portos.

No primeiro painel, executivos das principais autoridades portuárias do Brasil, como Anderson Pomini (Santos) e Francisco Martins (PortosRio), irão discutir formas de aprimorar a eficiência na gestão do sistema portuário brasileiro. A manhã prossegue com debates sobre as perspectivas de alteração no marco regulatório do setor, moderados por Fábio Silveira, e discussões sobre iniciativas para aumentar a segurança nos complexos portuários.

Durante a tarde, o InfraJur trará temas jurídicos importantes, com destaque para o novo marco legal dos portos. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Guilherme Caputo Bastos, fará uma palestra especial sobre as relações de trabalho e a qualificação da mão de obra no setor portuário.

Para finalizar, um painel com representantes de grandes associações do setor portuário abordará os desafios do novo marco legal.

O evento se encerrará com uma sessão solene reunindo autoridades convidadas.

Confira a programação do Brasil Export 202

09/10/2024

08h40 - 09h00 Credenciamento e início da transmissão pela TV BE News
09h00 - 09h30 Bloco ENAPH - Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias
Abertura pelo Presidente da ABEPH, Luiz Fernando Garcia e pelo Secretário Nacional de Portos, Alex Ávila
09h30 - 10h30 Painel 1: Como ampliar a eficiência da gestão no sistema portuário brasileiro
Moderação: Leopoldo Figueiredo - Diretor-Geral da Rede BE News
Participantes: Anderson Pomini - Diretor-Presidente da Autoridade Portuária de Santos; Francisco Martins - Diretor-Presidente da PortosRio; Márcio Guiot - Diretor-Presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape
10h30 - 10h45 Intervalo
10h45 - 11h45 Painel 2: Perspectivas da alteração do marco regulatório do setor portuário
Moderação: Fábio Silveira - Consultor Jurídico ABEPH e Sócio-Diretor do Gallotti e Advogados Associados
Participantes: Cristiano Klinger - Diretor-Presidente da Portos RS; Gilberto Lins - Diretor-Presidente do Porto de Itaqui; Paulo Henrique de Macedo - Diretor-Presidente da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN); Urbano Lopes de Souza Netto - Diretor-Presidente da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba
11h45 - 12h45 Painel 3: Iniciativas para ampliar a segurança nos complexos portuários
Moderação: Gilmara Temóteo - Diretora-Executiva da ABEPH
Participantes: Cleverton Elias Vieira - Diretor-Presidente do Porto de São Francisco do Sul; Jardel Rodrigues da Silva - Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará; Marcelo João da Silva - Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos)
12h45 - 13h15 Apresentação Francisco Esteban Lefler
A PIANC - The World Association for Waterborne Transport Infrastructure - Principais projetos em que a PIANC está envolvida ao redor do mundo e como o Brasil pode se beneficiar dessas ações.
13h15 - 14h30 Encerramento e almoço.
14h30 - 14h45 Apresentação - Regulamentação da categoria dos fornecedores de navios
Participantes: Ulisses Pincelli - CEO da Boa Praça e Membro da ABFN

14h45 - 15h00 Bloco InfraJur - Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes
Abertura pelo ministro do TST, Guilherme Caputo Bastos, e pelo Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Brasil Export, Celso Peel
15h00 - 15h30 Palestra Especial
Participantes: Guilherme Augusto Caputo Bastos - Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)
15h30 - 16h30 Painel 1: Perspectivas do novo marco legal dos portos brasileiros
Presidente de mesa: Celso Peel, Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Brasil Export
Participantes: Marcelo Sammarco - Sócio da Sammarco Advogados; Benjamin Gallotti - Sócio da Gallotti Advogados Associados; James Winter - Sócio do Macedo & Winter Advogados; Pedro Neiva - Sócio do Salomão Advogados
16h30 - 17h00 Palestra especial do ministro do TST, Dr. Alexandre Ramos
Tema: Relações de trabalho e qualificação da mão de obra no sistema portuário
16h30 - 17h00 Coffee break
17h30 - 18h30 Painel 2: Desafios de um novo marco legal para o setor portuário
Presidente de mesa: Jacqueline Wendpap, Diretora-Executiva do Instituto Praticagem do Brasil e membro da CEPORTOS
Participantes: Angelino Caputo - Diretor-Executivo da ABTRA; Caio Morel - Diretor-Executivo da ABRATEC; Carlos Kopttike - Presidente da Diretoria Executiva da ABTL; Jesualdo Silva - Diretor-Presidente da ABTP; Murillo Barbosa - Presidente da ATP; Sergio Aquino - Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)
18h45 - 19h00 Intervalo
19h00 - 20h30 Sessão Solene com autoridades convidadas
20h30 - 22h00 Jantar especial - Oferecimento: Transbrasa 50 Anos

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

BRASIL EXPORT - PAINEL APONTA NOVOS CAMINHOS PARA COMÉRCIO INTERNACIONAL E LOGÍSTICA INTEGRADA

Especialistas discutem como a infraestrutura modernizada pode facilitar o fluxo de negócios entre Brasil, Ásia e América do Sul

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebnews.com.br



Autoridades e especialistas destacaram durante o painel a necessidade de modernização logística para atender ao crescimento do comércio com a Ásia e América do Sul. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

A importância de aprimorar a infraestrutura nacional para atender ao fluxo crescente de negócios e investimentos foi o ponto chave nas discussões do painel “Integração, investimentos internacionais e desenvolvimento de novos negócios com Ásia e América do Sul”, durante o fórum nacional Brasil Export 2024, que teve início na terça-feira, dia 8, e vai até quinta-feira, dia 10, em Brasília (DF).

Moderado pelo diretor-geral da Rede BE News, Leopoldo Figueiredo, o painel contou com a participação de representantes da diplomacia e do setor de investimentos.

O embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles, mencionou um fato classificado por ele como um marco para o comércio fluvial entre o Brasil e o Uruguai. “O dia 2 de maio foi histórico, pois pela primeira vez em 62 anos tivemos uma licitação bem-sucedida no canal de São Gonçalo, que liga a Lagoa Mirim à Lagoa dos Patos”, afirmou Valles, destacando a importância da dragagem do canal para melhorar a logística da região. Ele também apontou, no entanto, as dificuldades causadas pelas chuvas no Rio Grande do Sul, que interromperam o processo de classificação das propostas.

O canal de São Gonçalo é uma via fluvial brasileira que liga duas importantes lagoas da região sul do país, a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos, em uma extensão de 76 km. Sua relevância logística se dá pelo transporte de cargas entre as regiões brasileiras e o Uruguai, e projetos como a dragagem têm um impacto direto no escoamento de produtos.

O recém-empossado presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, Joel Julius, ressaltou a importância de o Brasil observar soluções implementadas no exterior para o setor de logística e infraestrutura. “Os brasileiros precisam ficar atentos ao que acontece lá fora e trazer essas soluções para cá”, afirmou Julius, reforçando a necessidade de inovação no setor.

CEO da Rocktree, Daniele Pratolongo também participou do debate e destacou a relevância das soluções marítimas para melhorar a logística tanto nacional quanto internacional. “As soluções marítimas são fundamentais para integrar as cadeias logísticas do Brasil com o mundo”, completou Pratolongo.

O Brasil Export 2024 é uma edição nacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024

BRASIL EXPORT - NOVO CORREDOR LOGÍSTICO COM PECÉM FAZ DE SINES UM POTENCIAL HUB EUROPEU

Parceria visa a exportação de grãos e de minério para o continente por meio do complexo português
Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br

O CEO da Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS), em Portugal, José Luis Cacho, fez uma apresentação durante o primeiro dia de programação do Brasil Export 2024, Fórum Nacional de Logística, Infraestrutura e Transportes, realizado na terça-feira (8), em Brasília. O executivo demonstrou as oportunidades da economia brasileira em expandir suas exportações para todo o continente europeu através do Porto de Sines, considerado a porta atlântica do velho continente.



O executivo do Porto de Sines José Luís Cacho falou sobre o potencial de outros projetos, principalmente em hidrogênio verde, que possam vir a ser financiados por fundos europeus. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Cacho destacou o acordo firmado com o Porto do Pecém (CE) e com a empresa CSN, a partir da iniciativa da Global Getaway, iniciativa lançada pela União Europeia, para financiar projetos de infraestrutura sustentável.

De acordo com o CEO português, o projeto tem potencial para que Sines se torne um hub de grãos e minério. “Nosso acordo se propõe a financiar uma nova ligação ferroviária ao Porto do Pecém. Financiar um novo terminal da CSN em

Pecém, e a criação de uma siderurgia no Porto de Sines. Pensamos que esse corredor entre Sines e Pecém vai potencializar o desenvolvimento do agro e do crescimento das exportações de minério para a Europa. É, de fato, um projeto importante na perspectiva de desenvolvimento econômico”, comentou Cacho.

O Complexo de Pecém se apresenta como importante parceiro visando a ligação com a região produtora do interior do Brasil, que serão ainda mais assegurados com a conexão ferroviária. Já o Porto de Sines possui grande capacidade logística de poder escoar os produtos para diversos países da Europa e, também, da África.

O executivo do Porto de Sines comentou também sobre o potencial de outros projetos, principalmente em hidrogênio verde, que possam vir a ser financiados por fundos europeus.

“Estamos à procura de outros projetos que estão em desenvolvimento em Pecém que interessam a Europa, como a questão do hidrogênio verde. É o foco da Europa para a conversão de toda sua cadeia de indústria”, comentou.

O Brasil Export 2024 é uma edição nacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/10/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: BRASIL LIDERA PROGRAMA MUNDIAL DE DESCARBONIZAÇÃO DOS MODAIS DE TRANSPORTES E MOBILIDADE

Informações: Ministério de Portos e Aeroportos (09 de outubro de 2024)

Lei assinada pelo presidente Lula permite injetar investimentos de R\$ 260 bilhões em energia limpa e sustentável

Ao sancionar a Lei do Combustível do Futuro, na manhã desta terça-feira (8), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inseriu o Brasil na liderança mundial do plano de descarbonização da matriz energética. Além de um avanço significativo no incentivo à pesquisa, produção e uso de energia sustentável, uma nova legislação promove a mobilidade de baixo carbono, que alinha o



desenvolvimento dos modais de transporte com respeito e responsabilidade ao meio ambiente. A assinatura da nova lei ocorreu em evento realizado na Base Aérea Brasileira com a presença dos ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e de demais autoridades do governo. A solenidade também contou com representantes de empresas públicas e privadas do setor de biocombustíveis, gás e energia elétrica.

A nova lei permite iniciativas importantes e traz diretrizes para o desenvolvimento de combustíveis sustentáveis nos modais aéreos e marítimos do país. Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a assinatura do normativo é histórica para o país e mostra o quanto o Governo Federal está engajado em atingir as metas internacionais de redução das emissões de gases de efeito estufa, passo fundamental para preservar o meio ambiente, além de garantir a subsistência e aumentar a segurança alimentar e hídrica.

“O Brasil vai se transformar no maior líder mundial da transição energética. Sem dúvida alguma, um dos maiores exportadores do SAF. Vamos fortalecer a biodiversidade, o biocombustível, a sustentabilidade e a descarbonização. A agenda ambiental é uma prioridade do Governo Federal. Vamos, cada vez mais, colocar o Brasil no rumo certo e na agenda globalizada. O mundo quer investir, mas quer produzir, principalmente, com sustentabilidade. E o nosso país é uma janela de oportunidades para receber investimentos de todo o mundo”, afirmou Costa Filho.

O presidente Lula falou sobre a contribuição da nova lei para o país no desenvolvimento da indústria e economia do país. “Vocês não têm a dimensão de como é que eu sinto olhando para o mundo e dizendo: o Brasil é o país que vai fazer a maior revolução energética do planeta terra e não tem ninguém para competir em energia eólica, solar, hídrica. Temos um monte de gente preparada para não ficar dependente de ninguém. Quando a gente cria uma matriz energética, e a gente oferece ao mundo, aumenta a nossa responsabilidade. Hoje, a sanção dessa lei é uma demonstração de que nenhum de nós tem o direito de continuar não acreditando que esse país pode ser uma grande economia mundial”, finalizou.

Ao reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa, o mundo combate de forma mais intensa as alterações climáticas extremas e os impactos observados nos últimos tempos. Para capitanear esse processo de desaceleração do aquecimento global, o Brasil, como uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, lança programas essenciais que estão sendo empregados em muitos países. Com a nova lei, as políticas públicas do setor de transportes vão gerar investimentos de R\$ 260 bilhões para o país, evitando a emissão de mais de 705 milhões de toneladas de gás carbono (CO₂) até 2037.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, indicou que o combustível do futuro coloca o Brasil na frente da nova economia. Ela destacou que esse novo marco também garante mais investimentos no campo e mais empregos ao povo brasileiro. “A gente sempre ouviu falar que o Brasil é o país do futuro, que será uma potência mundial. Mas o brasileiro sabe mais que ninguém que para crescer a gente tem que ralar muito. hoje, com muito suor e trabalho, estamos plantando uma nova semente. A semente do combustível do futuro”, avaliou.

Benefícios sem fronteiras

A lei aprovada institui uma série de benefícios ao país na transição energética para destravar os projetos de produção do novo combustível do futuro. Entre as ações está a implementação do Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV). Uma das iniciativas beneficiadas com esse plano é o projeto primeira planta piloto de produção de petróleo sintético para fabricação de combustível sustentável para aviação, lançado em junho deste ano pelo ministro Costa Filho. O projeto foi instalado na unidade de biodigestão da Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR), como principal fonte de carbono para a produção de hidrocarbonetos, grupo de substâncias orgânicas que possui apenas carbono e hidrogênio em sua constituição.

O ProBioQAV consiste em estabelecer metas de redução de emissões para as companhias aéreas domésticas. Esse plano deve ser cumprido pelas companhias por meio da utilização de SAF, sigla



em inglês para Combustível Sustentável de Aviação. De acordo, o objetivo é tornar o modal aéreo mais sustentável, de modo a diminuir em 1%, até 2027, a emissão de gases de efeito estufa. Até 2037 a redução deverá atingir os 10%.

O crescimento da indústria de SAF no Brasil tem potencial para reduzir os custos associados à descarbonização do transporte aéreo, além de contribuir para o crescimento do parque industrial de combustíveis renováveis no país. Atualmente, existem cerca de sete projetos de produção para os prazos de curto prazo anunciados no Brasil, que somam mais de R\$ 21 bilhões em investimentos. As principais matérias-primas utilizadas são a cana-de-açúcar, a soja, a macaúba, a palma e a gordura animal.

Demanda global

Segundo o relatório elaborado pelo Comitê de Proteção Ambiental da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), até 2050, a utilização de SAF pode responder por uma redução nas emissões de CO2 entre 41% e 55%. Aqui no país, a Lei do Combustível do Futuro visa permitir incentivos de políticas públicas, como abertura de novas linhas de crédito para projetos de produção de SAF e a criação de um financiador para implementar ações que garantam uma sociedade mais consciente e sustentável às práticas ligadas ao meio ambiente.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/10/2024

PORTO DO RIO DE JANEIRO ILUMINA FACHADA EM APOIO À CAMPANHA OUTUBRO ROSA

Informações: Portos Rio (09 de outubro de 2024)

A PortosRio é uma campanha mundial do Outubro Rosa, voltada para a conscientização sobre o câncer de mama, iluminando a fachada do prédio administrativo do Porto do Rio de Janeiro. Esta é a primeira vez que a fachada do edifício recebe uma iluminação especial, que permanecerá durante todo o mês de outubro, representando o compromisso com a causa e reforçando a importância do diagnóstico precoce.

A iniciativa é fruto do trabalho da Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho da Autoridade Portuária, com o apoio da Diretoria de Gestão Portuária e da Superintendência de Engenharia, através das Gerências de Obras, Manutenção Portuária e Predial. O movimento Outubro Rosa teve origem nos Estados Unidos e ganhou adesão mundial, sendo incorporado ao Brasil com grande força em 2009, quando monumentos e instituições passaram a adotar a iluminação rosa como símbolo de apoio à campanha.

O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais comum entre as mulheres no mundo, atrás apenas do câncer de pele não melanoma, e é a principal causa de mortalidade por câncer na população feminina no Brasil. Apesar de possuir um bom prognóstico quando divulgado e tratado precocemente, os índices de mortalidade ainda são elevados no país, em grande parte devido ao diagnóstico tardio. Por isso, é essencial conscientizar as mulheres sobre os fatores de risco, os sintomas e a importância da realização de exames preventivos regulares.

Para mais informações sobre sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção do câncer de mama, acesse a página do Ministério da Saúde: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-aaz/c/cancer-de-mama>.

Por ASSCOM, com foto de Ana Paula Paiva (GERQUA)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/10/2024



EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA

DEPUTADOS CANCELAM COMISSÃO EM PROTESTO CONTRA MP DA AMAZONAS ENERGIA

Por Fernando Caixeta



Deputado federal Joaquim Passarinho (PL/PA) criticou custo de R\$ 14,1 bilhões na conta do consumidor em decisão judicial sobre transferência da Amazonas Energia | Bruno Spada/Câmara dos Deputados

BRASÍLIA – Deputados federais da Comissão de Minas e Energia (CME) cancelaram a sessão, nesta quarta (9/10), em protesto à medida provisória 1232/24, que autoriza a transferência da Amazonas Energia.

Eram necessários 25 votos para dar continuidade à reunião, mas apenas 23 parlamentares registraram o voto. Após acordo com o presidente da CME, Júnior Ferrari (PSD/PA), a sessão foi encerrada enquanto os parlamentares aguardam uma resposta do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre uma reunião, ainda nesta quarta, com uma comitiva de deputados para esclarecer os pontos da MP que impactam na conta do consumidor.

O deputado Joaquim Passarinho (PL/PA), oposição ao governo Lula, classificou como “escárnio” a negociação da aquisição da Amazonas Energia pela Ânbar, do grupo J&F, que resultará em R\$ 14,1 bilhões, em 15 anos, subsidiadas pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

“A gente vai receber, sem fazer nada, uma conta de 14 bilhões de reais, pagar quase um bilhão por ano, na conta do consumidor, que nada tem a ver com isso? A gente amanhece com uma decisão monocrática e o presidente da Aneel concordando com essa negociação que empurra goela abaixo R\$ 14 bilhões na conta do contribuinte”, criticou Passarinho.

O encerramento da comissão prejudicou o avanço do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), que chegou a ser objeto de um requerimento para a inversão da pauta e, assim, pudesse ser votado antes.

O senador Laércio Oliveira (PP/SE), autor do projeto, compareceu à comissão na Câmara, mas o PL 699/23, que institui o Profert, não chegou a ser tratado.

Ânbar diz avaliar a decisão

Nesta terça, após sentença judicial levar a Aneel a aprovar o processo de transferência de controle da Amazonas Energia, a Ânbar se manifestou, afirmando que ainda avalia o cenário.

Embora reconhecesse que a decisão poderia ser revertida, a Aneel determinou que os representantes de Amazonas Energia e Ânbar se colocassem à disposição para assinar a transferência de controle hoje, o que não ocorreu.

Em decisão monocrática na segunda-feira (7/10), o diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa, autorizou a transferência de controle da Amazonas Energia para a Ânbar, do grupo J&F, em cumprimento de uma decisão judicial. A juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe ordenou que o plano de transferência apresentado pela Ânbar fosse aprovado, cumprindo um pedido da Amazonas Energia.

A Ânbar também criticou a decisão monocrática da Aneel que negou o recurso da empresa no processo.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política
Data: 09/10/2024

ÂMBAR VAI APRESENTAR AGRAVO CONTRA DECISÃO DA ANEEL NO CASO AMAZONAS ENERGIA

Companhia disse que vai abrir mão da Amazonas Energia caso o plano de transferência que propôs não seja aprovado.

Por Gabriela Ruddy



Linhas de transmissão da distribuidora Amazonas Energia (Foto: Divulgação)

A Âmbar vai apresentar um agravo na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra a decisão monocrática do diretor Fernando Mosna que retirou da pauta da reunião extraordinária de terça-feira (08/10) o recurso da companhia sobre os termos para a transferência da Amazonas Energia.

A companhia vai pedir que a Aneel faça uma reunião extraordinária na quinta-feira (10/10) para votar o processo.

O recurso foi apresentado pela Âmbar após a diretoria da Aneel decidir, na semana passada, que a transferência de controle da distribuidora deveria ocorrer nos termos previstos pela área técnica da agência.

A Âmbar afirmou em nota nesta quarta-feira (09/10) que vai abrir mão do negócio caso o plano de transferência proposto pela companhia não seja aprovado.

“A excelência na prestação de serviços para o consumidor de energia é uma premissa fundamental da Âmbar Energia para assumir a Amazonas Energia. Essas condições só podem ser atingidas caso a Aneel garanta as seguranças jurídica e econômica necessárias, por meio da aprovação do plano de transferência de controle apresentado pela Âmbar”, disse a companhia.

O plano proposto pelos técnicos da Aneel prevê que a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) assuma despesas da ordem de R\$ 8 bilhões, por 15 anos, e que a Âmbar faça um aporte de capital de R\$ 10 bilhões este ano na distribuidora amazonense.

A Âmbar havia proposto um primeiro plano que previa que os repasses da CCC seriam de R\$ 15,9 bilhões, mas depois revisou o valor para R\$ 14,1 bilhões, o que foi aprovado para cumprimento da decisão judicial. A companhia propôs ainda que o aporte de capital na Amazonas Energia seja de R\$ 6,5 bilhões.

Na segunda-feira (07/10), o diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa, autorizou a transferência do controle da empresa, em cumprimento a uma decisão da Justiça Federal do Amazonas a partir de uma ação movida pela Amazonas Energia.

Foi justamente essa decisão que levou Mosna a retirar da pauta da reunião o recurso da Âmbar. Ele justificou que houve perda de objeto, em razão do despacho de Feitosa.

A Aneel recorre e a liminar que levou à decisão de de Feitosa pode, eventualmente, ser anulada.

A medida provisória 1232/2024, que prevê a transferência da Amazonas Energia, perde a validade na quinta-feira (10).

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política
Data: 09/10/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

OS PRIMEIROS SINAIS DE QUE A VIDA DE GALÍPOLO NÃO SERÁ FÁCIL

Por *Miriam Leitão*



Gabriel Galípolo foi aprovado para ocupar a presidência do Banco Central por quatro anos a partir de janeiro de 2025 — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Gabriel Galípolo passou com louvor pela sabatina para presidente do Banco Central. Foi melhor do que o esperado. Mas foi o último momento de sossego, porque já apareceram os sinais de que a vida dele não será fácil.

Primeiro: Na própria terça-feira da aprovação consagradora dele, os juros futuros subiram e isso é um sinal sempre que o mercado manda de preocupação, de aposta em juros mais altos. A manchete do Valor, desta quarta-feira, mostra que os juros reais se aproximam dos 7%. Juros reais!!! Ou seja, descontada a inflação.

Terceiro: Mal começou essa quarta-feira, dia seguinte da aprovação, e já saiu uma notícia ruim. O IPCA registrou uma alta de 0,44% em setembro. A taxa veio dentro do que se esperava, alguns projetavam até que seria maior, mas esse número é ruim o suficiente. Isto porque sai de 0,26%, apurado em setembro do ano passado, para 0,44%, o que eleva a taxa acumulada em 12 meses para 4,42%, muito próxima ao limite da meta, de 4,5%. Em agosto, era 4,24%. Então esse é mais um desafio.

Quarta: Nesta manhã no quebra-queixo, o ministro Fernando Haddad deu seu recado no sentido oposto do mercado. Haddad defendeu a tese de que não precisa subir juros, porque essa inflação mais alta é por fatores localizados, provocados pela seca. Ele disse que "juros não vão fazer chover". Na visão de Haddad, como a inflação subiu por causa da seca e desses eventos localizados que atingiram alimentos e preços de energia, não precisaria subir os juros por isso, afinal são eventos temporários. O problema é que não é assim que diz a teoria. A teoria diz o seguinte, se a inflação sobe, independentemente dos motivos, é preciso ter juros para desestimular o repasse o contágio com outros preços não afetados diretamente.

É difícil a vida do banqueiro central. Todo mundo quer o cargo, os economistas desejam a presidência que é um coroamento, sinal de sucesso. Mas não é fácil, nesse momento e não vai ser fácil para frente, porque vai ter pressão, sim, para reduzir juros, apesar de já estar contratado a alta da Selic nas próximas reuniões do Copom, em novembro e dezembro. A discussão agora é quanto vai subir.

Mas de qualquer maneira, sobre a vitória de ontem cabe dizer: Galípolo foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e teve apenas 5 votos contrários no plenário. Ele mostrou que fez um curso intensivo de política nesse tempo em que ele ficou na transição e depois no governo. Quando secretário-executivo do Ministério da Fazenda, já tinha como hábito conversar com políticos, ficava muito no Congresso e falava com a oposição sem nenhum problema, então isso ajuda também. Mas isso não significa que a vida dele será fácil, não vai ser.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/10/2024

BANCO MUNDIAL MELHORA PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB DO BRASIL ESTE ANO PARA 2,8%

Projeção anterior, feita em junho, era de 2%
Por **Bernardo Lima** — **Brasília**



Indústria — Foto: **Edilson Dantas/Agência O Globo**

O Banco Mundial (Bird) projeta que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil crescerá 2,8% este ano e 2,2% no próximo, segundo o relatório de Perspectivas Econômicas Globais divulgado nesta quarta-feira.

Em junho, a instituição havia previsto uma expansão de 2% em 2024 e 2,2% em 2025. Para 2026, o Banco Mundial projeta um crescimento de 2,3%.

A previsão vai quase em linha com a média da região. Segundo a instituição, a América Latina e o Caribe (ALC) crescerão 1,9% em 2024, e 2,6% em 2025. Segundo o Bird, essas são as taxas mais baixas entre todas as regiões globais, destacando os gargalos estruturais persistentes.

Segundo a instituição, espera-se que a decisão do Federal Reserve dos EUA de reduzir as taxas de juros proporcione alívio para o controle da inflação na região. O Bird ainda destacou que o Brasil “está no caminho” para atingir sua meta de inflação neste ano.

Em entrevista coletiva a jornalistas, o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, William Maloney, ressaltou a preocupação da instituição com o crescimento de gastos na Previdência.

— Acredito que o problema no Brasil é com os gastos de aposentadoria, a medida que a população vai envelhecendo cada vez mais, isso vai causar um estresse nos gastos na região, e temos que tomar cuidado com isso. A dívida do Brasil subiu no último ano e nós preferimos que isso fosse na direção oposta — explicou.

Fonte: **O Globo - RJ**

Data: **09/10/2024**

LULA SANCIONA LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO COM TRÊS VETOS; SAIBA QUAIS

Lei amplia cotas mínimas de biocombustíveis em gasolina e óleo diesel e traz meta para inclusão do biometano como parcela obrigatória no gás natural

Por **Jeniffer Gularte** — **Brasília**



Presidente Lula durante visita à feira Liderança Verde Brasil Expo, que antecedeu a cerimônia de sanção da Lei do Combustível do Futuro na Base Aérea de Brasília — Foto: **Ricardo Stuckert/Presidência da República**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou três pontos da Lei do Combustível do Futuro publicados no Diário Oficial desta quarta-feira. O projeto altera os percentuais mínimos e máximos de mistura de etanol na gasolina e de biodiesel no óleo e estabelece o incentivo ao diesel verde e ao combustível sustentável, além de criar programas nacionais

para aviação e biometano.



Por recomendação dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, um dos trechos retirados da lei foi o que previa que "eventuais diferenças decorrentes dos métodos e dos critérios contábeis previstos na legislação comercial em relação às situações objeto desta Lei" não produziram efeitos na arrecadação de tributos federais.

O argumento dos dois ministérios para o veto é de que esse trecho "contraria o interesse público" e "comprometeria a segurança jurídica" pela possibilidade de se sobrepor às regras de legislação tributárias.

Outro ponto vetado, a pedido do Ministério de Minas e Energia, era o que definia "diretrizes para a aquisição de biometano por comercializadores e importadores de gás natural para assegurar o cumprimento da adição obrigatória de biometano ao gás natural."

A justificativa é de que esse item contraria "o interesse público" ao alterar texto da Medida Provisória que autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil.

Confira na calculadora do GLOBO o que é mais vantajoso: etanol ou gasolina. Caso não esteja visualizando a ferramenta, clique aqui.

O terceiro trecho alterado foi o que "regula e autoriza as atividades relacionadas à captura e à estocagem geológica de dióxido de carbono". O argumento do governo é de que esse ponto também altera texto da lei de agosto deste ano que Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Incentivo a combustíveis sustentáveis

A Lei do Combustível do Futuro foi sancionada na terça-feira por Lula em evento na Base Aérea de Brasília. O presidente estava acompanhado de 15 ministros de estado, além da presidente do Banco dos Brics, a ex-presidente Dilma Rousseff, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Um dos benefícios do projeto é o estímulo industrial à produção de combustíveis sustentáveis, como o diesel verde, produzido a partir de gorduras de origem vegetal e animal, cana-de-açúcar, etanol e biomassas. Esses novos combustíveis vão contribuir para a redução das emissões de carbono provenientes, sobretudo, de veículos pesados.

Também estão na lista o incentivo ao biometano, uma alternativa ao gás natural, utilizado no transporte de passageiros e de cargas; e o Combustível Sustentável de Aviação (SAF, na sigla em inglês), obtido a partir de matérias-primas renováveis, a ser utilizado pelo setor de aviação.

Pelo projeto, o percentual de mistura de etanol na gasolina deve ser de 27%, mas o Poder Executivo poderá reduzir para até 22% ou aumentar para até 35%. Atualmente, a mistura pode chegar a 27,5%, com um mínimo de 18% de etanol.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o programa irá destravar investimentos que somam R\$ 260 bilhões em diversas áreas e ações, que vão evitar a emissão de 705 milhões de toneladas de CO2 até 2037.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/10/2024

HADDAD DIZ QUE APROVAÇÃO DE GALÍPOLO COM LARGA MARGEM É SINAL DE QUE RELAÇÃO INSTITUCIONAL 'VAI BEM'

Novo comandante do BC foi aprovado em sabatina do Senado por 66 votos a favor e 5 contra

Por Bernardo Lima — Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que a aprovação com larga margem do nome de Gabriel Galípolo para comandar o Banco Central(BC) a partir de 2025 é um sinal de que a relação institucional “vai bem”.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e Gabriel Galípolo, indicado para a presidência do Banco Central — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

— Penso que foi muito saudada a maturidade com que a sabatina foi feita e a votação muito expressiva, eu penso que é um sinal de que institucionalmente as coisas vão bem — disse o ministro para jornalistas na entrada do Ministério da Fazenda.

Nesta terça-feira, o economista Gabriel Galípolo teve a maior votação para a presidência do Banco Central (BC) desde a indicação de Chico Lopes por Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Galípolo teve 66 votos favoráveis e cinco contra. No caso de Lopes, foram 67 votos a favor e três contrários.

Segundo o ministro da Fazenda, após a sabatina, agora Galípolo vai focar em levar os nomes de novos diretores ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— O Galípolo ficou de ato contínuo à sabatina, levar o presidente Lula alguns nomes, uma vez que é ele que indica para o Senado para que esses nomes sejam sabatinados. Nós imaginamos que em novembro seja possível sabatina-los já — explicou Haddad.

Haddad ainda afirmou que existe uma intenção do governo em indicar mulheres para as novas diretorias do BC.

— Temos sim essa preocupação com a questão de gênero no BC.

As diretorias que devem ter novos nomes indicados até o final do ano são as de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Política Monetária e Regulação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/10/2024

INFLAÇÃO ACELERA EM SETEMBRO E SOBE 0,44%, PUXADA POR ENERGIA ELÉTRICA

Conta de luz ficou, em média, 5,3% mais cara no mês. Mudança na bandeira tarifária de verde para vermelha ajuda a explicar alta

Por Carolina Nalin — Rio de Janeiro



Conta de luz fica mais cara em setembro — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo.

A inflação voltou a acelerar em setembro após uma queda (deflação) pontual no mês anterior, em agosto. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, teve alta de 0,44% no mês. O resultado foi puxado, sobretudo, pelo aumento da energia elétrica. A conta de luz ficou, em média, 5,3% mais cara no mês e exerceu impacto de 0,21 ponto percentual no índice.

- O mercado estimava alta de 0,46%, segundo mediana das projeções reunidas pela Bloomberg
- No ano, a inflação acumulada é de 3,31%
- Já nos últimos 12 meses, o acumulado é de 4,42%, abaixo do teto da meta de inflação para 2024



O que dizem os analistas?

O resultado do IPCA em setembro confirmou o que os economistas esperavam: as condições climáticas adversas estão impactando preços de itens básicos, como energia elétrica e alimentos. Um efeito que deve se manter até o fim do ano e adicionar mais pressão ao orçamento das famílias.

No caso da energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que entrará em vigor a bandeira vermelha patamar 2, o que encarece a conta de luz. Já no caso dos alimentos, o clima seco seguirá impactando a produção no campo e as pastagens do gado.

Combinados, esses efeitos devem fazer com que o IPCA estoure o teto da meta de inflação (4,5%) prevista para 2024 pelo Banco Central. Quem ainda projetava inflação abaixo do teto da meta agora revisou o número para cima.

— A grande dor de cabeça para a inflação até o fim do ano vai ser a alimentação. Por isso, subi minha projeção do IPCA de 4,4% para 4,6% em 2024. Este foi um ano com dois grandes eventos climáticos: tivemos El Niño e agora La Niña. Os preços de alimentos devem subir este ano, em média, algo mais próximo de 8% e 9% do que 7%, diferente do que esperam muitos analistas — resume Luis Otavio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Investimentos, projeta IPCA de 4,66% em 2024. Ela avalia que a alta das carnes observada em setembro deve seguir em outubro, com estimativa de alta de 3,7% sobre esses produtos no mês, totalizando um aumento de 8,75% no ano.

— Para 2025, temos alta maior (das carnes), de 12%. Este movimento reflete a oferta menor com impacto da seca recente e, em conjunto, com o fim do ciclo de abate de fêmeas — explica.

Alexandre Maluf, economista da XP, destaca que a atual conjuntura levou a corretora a revisar na semana passada a projeção do IPCA anual de 4,4% para 4,6%. A revisão foi motivada principalmente por alimentos, especialmente proteínas, e energia elétrica. O cenário incorpora manutenção da bandeira vermelha 2 em novembro e vermelha 1 em dezembro.

— Recentemente, houve uma melhora nas condições climáticas, com mais chuvas previstas para outubro, o que pode trazer algum alívio. Mas ainda estamos longe de uma perspectiva de bandeira amarela. O clima é imprevisível, e prever inflação é mais difícil ainda — diz Maluf.

Apesar da alta recente nos preços de alimentos e energia, o economista André Braz, coordenador do Índice de Preços do Ibre/FGV, pondera que a trajetória dos juros no país não deverá ser influenciada por estas questões sazonais.

Segundo ele, o foco Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central está na demanda interna e na inflação dos próximos anos. Por isso, faz sentido que analistas do mercado esperem um aumento de 0,5 ponto percentual na próxima reunião para definir a taxa Selic - hoje em 10,75% ao ano.

— O mercado de trabalho está muito aquecido. O desemprego baixo aquece os salários, e, com isso, a inflação sobe, pois a demanda está mais forte.

Maluf, da XP, concorda com a visão de Braz. O economista vê o aumento de 0,5 ponto percentual da Selic como o mais apropriado e avalia que a inflação de serviços não sinaliza melhora sustentável no médio prazo, a despeito da desaceleração pontual em setembro.

— A inflação de serviços, especialmente os mais intensivos em mão de obra, deve piorar nos próximos trimestres, com uma possível recuperação apenas no final de 2025. Olhando adiante, a expectativa de inflação para 2026 está em torno de 3,6%, mas o risco de não atingir a meta existe, especialmente se a inflação de serviços continuar pressionada — diz.



Alta da energia elétrica pressiona inflação

A entrada da bandeira tarifária vermelha patamar 1, em setembro, foi o principal motivo para a alta de 1,80% do grupo Habitação, explica o gerente do IPCA, André Almeida. A bandeira acrescenta R\$4,46 aproximadamente a cada 100kwh consumidos.

O aumento do custo de energia tem sido motivado pela seca e pelos baixos níveis dos reservatórios, o que já leva economistas a considerarem uma inflação maior do que o esperado para o fim do ano.

Veja o resultado dos grupos do IPCA:

- Alimentação e bebidas: 0,50%
- Habitação: 1,80%
- Artigos de residência: -0,19%
- Vestuário: 0,18%
- Transportes: 0,14%
- Saúde e cuidados pessoais: 0,46%
- Despesas pessoais: -0,31%
- Educação: 0,05%
- Comunicação: -0,05%

Preços dos alimentos voltam a subir; carne fica mais cara

Já o grupo Alimentação e bebidas registrou alta de 0,5% em setembro. O aumento foi puxado pela alta de preços de 0,56% na alimentação no domicílio, que voltou a subir após dois meses de queda. Só as carnes subiram quase 3%, a maior alta desde dezembro de 2020. Algumas frutas, como laranja, limão e mamão, ficaram mais caras em setembro.

— Falando das carnes, a forte estiagem e o clima seco foram fatores que contribuíram para a diminuição da oferta. É importante lembrar que tivemos quedas observadas ao longo de quase todo o primeiro semestre de 2024, com alto número de abates. Agora, o período de entressafas está sendo intensificado pela questão climática — explica Almeida.

A alimentação fora do domicílio, por sua vez, registrou alta de 0,34%, variação próxima à de agosto (0,33%). O custo da refeição desacelerou de 0,44% para 0,18%, enquanto o lanche acelerou de 0,11% para 0,67%.

A queda mais intensa entre os grupos veio de Despesas pessoais, com recuo de 0,31% em setembro. O subitem cinema, teatro e concertos registrou queda de 8,75% no mês, puxado pela "semana do cinema", campanha em que diversas redes praticaram preços promocionais ao longo de uma semana.

A inflação de serviços, por sua vez, desacelerou de 5,18% em agosto para 4,82% em setembro, a mais baixa desde junho.

Risco de estouro do teto da meta de inflação

A adoção da bandeira vermelha sobre a conta de luz e a perspectiva de preços mais elevados sobre alguns alimentos pode fazer com que o IPCA estoure o teto da meta de inflação (4,5%) prevista para 2024 pelo Banco Central.

A meta de inflação para este ano é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Segundo Boletim Focus, do Banco Central, que reúne estimativas de analistas, o mercado espera, até agora, inflação de 4,38% em 2024.

A depender do aumento de preços a ser registrado nos próximos meses, a inflação poderá encerrar o ano acima do teto da meta. Se confirmado, será a terceira vez que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, terá que escrever uma carta ao Conselho Monetário Nacional (CMN) com os motivos que levaram ao descumprimento da meta. Sob seu comando, o teto já foi estourado em 2021 e 2022.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/10/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CCJ DA CÂMARA APROVA PEC QUE DÁ PODER AO CONGRESSO DE SUSTAR DECISÕES DO STF

Proposta, movida por bolsonaristas, faz parte de articulação para enfraquecer os poderes da Corte; governistas dizem que o texto é um ‘despautério’

Por Levy Teles

BRASÍLIA – Seguindo a ofensiva contra o Supremo Tribunal Federal (STF), a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá ao Congresso o poder de sustar uma decisão do STF. Seria preciso, nesse caso, dois terços de votos das duas Casas, isto é, 342 deputados e 54 senadores, para derrubar, num prazo de até dois anos prorrogáveis em até mais um novo biênio.

Mais cedo, esse mesmo colegiado aprovou uma PEC que limita as decisões monocráticas de ministros, em uma vitória para a oposição. Ministros podem manter a decisão se conseguirem a adesão de quatro quintos – isto é, nove dos 11 – dos votos dos ministros. A proposição, aprovada por 38 a 12, agora aguarda decisão do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), em abrir uma comissão especial, que analisará o texto. Depois, a matéria vai ao plenário.



Luiz Philippe de Orleans e Bragança é o relator da PEC na CCJ da Câmara. Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados

A PEC é de autoria do deputado Reinhold Stephanes Jr. (PSD-PR) e tem a relatoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP). Para Bragança, o texto resgata os poderes do Legislativo. “(A PEC) traz de vota para o Congresso a possibilidade de criar um freio para o ativismo judicial. Criar um freio não é uma questão de sobrepor a um poder”, argumenta.

Governistas fizeram uma forte crítica à proposta. “Essa PEC é um despautério. Claramente ela fere o princípio pétreo do equilíbrio entre os Poderes. Ela pretende criar um Legislativo hipertrofiado”, diz o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Foi graças a Lira que a PEC ganhou força. Em agosto, ele desengavetou essa emenda e a que trata das decisões monocráticas como retaliação ao Supremo, validou decisão do ministro Flávio Dino de suspender as emendas parlamentares ao Orçamento.

A oposição se aproveitou disso para fortalecer a agenda contra a Corte na CCJ da Câmara. A presidente da comissão, a bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), quem protagonizou essa investida.

Além das duas PECs, ela aproveitou para colocar em pauta mais duas propostas contra o STF. Ambas aumentam o rol de possibilidades para se admitir o impeachment de um ministro do Supremo.

Além dessa ofensiva na CCJ, a oposição no Senado trabalha pelo impeachment do ministro Alexandre de Moraes. O grupo protocolou um pedido a destituição dele em setembro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/10/2024

OPINIÃO - CÂMARA MANDA RECADO A MINISTROS DO STF: 'DAQUI VOCÊS NÃO PASSAM'

Propostas aprovadas em comissão por deputados tentam impor limites à atuação do Supremo Tribunal Federal

Por Francisco Leali

De volta ao Congresso depois de dedicar o último mês à tentativa de eleger aliados nas eleições municipais, os deputados inauguraram a retomada das votações na Câmara dando prioridade a alvo particular: o Supremo Tribunal Federal. A mais importante comissão da Casa legislativa aprovou nesta quarta-feira duas Propostas de Emenda Constitucional (PEC).

A primeira PEC impede ministros do STF de concederem liminar para barrar a eficácia de leis aprovados pelo Parlamento. A nova regra chancelada pela Comissão de Constituição e Justiça estabelece que não pode haver de decisão de apenas um magistrado para se contrapor nem projeto referendados por deputados e senadores. As chamadas decisões monocráticas também não poderão anular atos dos presidentes da Câmara e do Senado. O texto ainda tem caminho a percorrer na Casa e não se sabe se será a passo de lebre ou cágado.



CCJ Câmara em sessão nesta quarta-feira, 9, vota PEC que limita poderes do Supremo Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O olhar leigo pode até ver alguma lógica na PEC. Afinal, como um ministro sozinho da Corte Suprema pode se sobrepor ao Congresso inteiro? Na balança entre pesos e contrapesos, liminar monocrática pode soar como um direito do Judiciário que desequilibra a relação entre os Poderes.

Embora no discurso oficial, quem propõe essa mudança queria dar a aparência de que busca o reequilíbrio, a intenção aqui é bem outra. Boa parte dos congressistas faz fila para por um freio na atuação do Supremo. Veio a Corte a decisão de por fim ao esquema do orçamento secreto, secando a fonte de distribuição de recursos sem transparência que irriga as bases eleitorais dos parlamentares, como revelou o Estadão.

No ímpeto de dar o troco, outras propostas estão na fila. Há, por exemplo, outra PEC, também aprovada nesta quarta-feira. E ela parece oficializar o desbalanceamento na relação entre Legislativo e Judiciário. Dá aos parlamentares o direito de ser a última voz e anular, com votação de 2/3, decisões do plenário do Supremo. A proposta inverte a lógica do que se entende da repartição dos poderes, quando se admite que aos magistrados é concedido o direito de fazer o último ajuste, quando todo mundo erra.

Haverá, claro, quem pergunte: 'e quando o STF erra, quem corrige?' O texto da Constituição, aprovado em 1988, não concedeu esse direito aos congressistas. Na época não era imaginável que o Supremo seria protagonista da política. Como hoje o é o tribunal está sendo cobrado. O interesse contrariado de parlamentares, seja ele relacionado ao bolso ou a motivos republicanos, diz aos ministros: "daqui vocês não passam".

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/10/2024

POR QUE O AQUECIMENTO DA ECONOMIA E A OCUPAÇÃO RECORDE NA INDÚSTRIA ACENDEM SINAL DE ALERTA NO PAÍS

Alimentos, vestuário, celulose e papel, derivados de petróleo, metalurgia e têxtil são segmentos mais pressionados; nível de uso da capacidade instalada foi de 83,4% em setembro, segundo o Ibre/FGV

Por Márcia De Chiara

Com fábrica no Brasil desde 2011, a empresa suíça SIG, que produz embalagens cartonadas e flexíveis para a indústria láctea e de sucos, nunca havia atingido 92% da capacidade de produção. No entanto, essa marca foi alcançada neste ano na fábrica de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba (PR).

O ritmo de produção das embalagens que a empresa fabrica, normalmente, é mais fraco entre janeiro e junho. Neste ano, no entanto, o desempenho tem sido diferente. No primeiro semestre, a produção da companhia cresceu dois dígitos em relação ao mesmo período do ano passado, segundo o diretor de Operações da América do Sul, Fernando Kawata. A previsão é fechar 2024 mantendo esse ritmo de crescimento.

Para dar conta da forte demanda de seus clientes, prevista para continuar em 2025, a unidade de Campo Largo recebeu investimentos de € 12 milhões (R\$ 72 milhões). Os recursos são voltados para ampliar em 14% a capacidade de produção da fábrica. Entre os clientes estão companhias de peso, como Nestlé, Quatá, Tirol e Britvic (dona da Maguary).



Fernando Kawata, diretor de Operações da América do Sul da SIG, na fábrica em Campo Largo (PR), diz que unidade ocupa 92% da capacidade de produção de embalagens cartonadas
Foto: Patrick Madeira/Estado

Com a nova linha de produção, que começa a rodar no mês que vem, a capacidade da fábrica passa de 5 bilhões de embalagens ao ano para 5,7 bilhões de unidades. “Vamos ter um pouquinho de fôlego para continuar crescendo e não ficarmos tão apertados”, afirma Kawata. Nas suas contas, com essa expansão o uso da capacidade da fábrica cairá para 85%.

A SIG é um exemplo de um fenômeno que a indústria brasileira vem passando este ano. Com o aumento da demanda, boa parte das indústrias vem operando com a capacidade quase no máximo. Em setembro, o uso da capacidade da indústria como um todo, medido pela Sondagem da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi de 83,4%. Esse é o mesmo nível atingindo em julho deste ano — houve um ligeiro recuo em agosto — e a maior marca desde maio de 2011 (83,6%).

A capacidade de produção de uma indústria nada mais é do que a quantidade de equipamentos, pessoas e outros recursos necessários para fabricar um determinado produto. Se a demanda for maior que a capacidade da empresa, os preços podem subir, por exemplo.

Isso fez acender o sinal de alerta e trouxe à tona a discussão sobre até que ponto a economia brasileira está preparada para crescer sem gerar pressões inflacionárias, o que, no jargão dos economistas, é chamado de “hiato do produto positivo”. Aliás, esse foi um dos argumentos apontados na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) para iniciar o ciclo de alta dos juros básicos da economia.

Na opinião de Stéfano Pacini, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV e responsável pela sondagem, o sinal de alerta do elevado nível de uso da capacidade das fábricas seria mais preocupante se o Banco Central não tivesse começado a subir juros para desarmar as expectativas de reajustes de preços. Na última reunião do Copom, a taxa básica de juros subiu de 10,50% para 10,75% ao ano. E a perspectiva é de alta.

Outro ponto de atenção que emergiu nos últimos meses foi nível de estoques. No mês passado, o estoque estava enxuto, na média da indústria. O indicador da FGV encerrou setembro em 97,1 pontos. Abaixo de 100 pontos, o índice aponta volume menor que o desejado e acima de 100 pontos mostra que há sobra de produtos nos depósitos das fábricas.

Volta ao topo

Indústria de transformação usa 83,4%, em média, da capacidade das fábricas em setembro, volta ao patamar de julho e atinge a maior marca em 13 anos

Índice de uso da capacidade da indústria dessazonalizado

EM PORCENTAGEM



Nem-nem

Uso da capacidade um pouco abaixo da média da indústria (83,4%) e pouco estocado

EM PORCENTAGEM

PRODUTOS DE PLÁSTICO	78,80
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	76,70
PRODUTOS DE METAL	78,80
VEÍCULOS AUTOMOTORES	75,20

Bombando

Uso capacidade acima da média da indústria (83,4%) e estoques enxutos

EM PORCENTAGEM

VESTUÁRIO	96,0
CELULOSE E PAPELÃO	91,6
DERIVADOS DE PETRÓLEO	90,1
ALIMENTAÇÃO	85,3
METALURGIA	84,8
TÊXTIL	83,6

Em baixa

Uso da capacidade bem abaixo da média da indústria (83,4%) e estoques elevados

EM PORCENTAGEM

MÁQUINAS E MATERIAIS ELÉTRICOS	81,8
QUÍMICA	78,4
COURO E CALÇADOS	76,4
MINERAIS NÃO METÁLICOS	75,2
BENS DE INFORMÁTICA E ELETROELETRÔNICOS	66,4
LIMPEZA E PERFUMARIA	61,8

*Em setembro de 2024 (Segmentos da indústria agrupados pelo uso da capacidade das fábricas e nível de estoques)

ESTADÃO #1

Fonte: SONDAAGEM DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO IBRE/FGV

O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já chamou a atenção para essa questão, admitindo que o País pode ter dificuldade de continuar a crescer sem que a inflação suba. “Se não aumentar nossa capacidade instalada, vai chegar o momento que teremos dificuldade de crescer sem inflação”, disse, no início de setembro, após a divulgação do PIB do segundo trimestre. “Algumas indústrias ainda estão com muita margem para crescer a produção, mas isso não diz respeito à economia como um todo. Tem setores que já estão inspirando atenção, e os investimentos vão ter de acelerar para que não haja gargalo na oferta.”

Para Haddad, o aumento de investimentos é que vai fazer com que o crescimento não gere inflação. “O crescimento com investimento maior é garantia de equilíbrio entre oferta e demanda”, disse Haddad. O problema, porém, é que a taxa de investimentos no Brasil ainda é muito baixa — estava em 16,8% no segundo trimestre, enquanto analistas dizem que deveria ser acima de 20% para garantir um crescimento mais sustentável.

De 16 segmentos da indústria de transformação avaliados pela sondagem, seis estavam “bombando” em setembro. Isto é, o uso da capacidade das fábricas superava a média da indústria como um todo e a maioria deles estava com estoques enxutos. Nesse grupo estão os fabricantes de alimentos, vestuário, celulose e papelão, derivados de petróleo, metalurgia e têxtil.

O que tem provocado aumento do uso da capacidade

O ritmo acelerado de produção é um desafio enfrentado hoje não só pelas indústrias de embalagens como a SIG, mas por fabricantes de alimentos e artigos de vestuário, por exemplo. O que esses

segmentos da indústria estão sentindo neste momento são os efeitos do aumento do emprego e da renda, segundo Pacini.

No trimestre encerrado em agosto, havia 102,517 milhões de pessoas trabalhando no País, um número recorde, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A massa de salários em circulação na economia alcançou um novo ápice: R\$ 326,205 bilhões no trimestre encerrado em agosto, um avanço de 8,3%, descontada inflação, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Para analistas, esse aumento da renda tem muito a ver com a política do crescimento real do salário mínimo — acima da inflação. Além disso, a antecipação do pagamento de precatórios, no início do ano, também injetou mais dinheiro na economia, elevando o consumo.

Com mais dinheiro no bolso, o brasileiro passou a comprar neste ano uma quantidade maior de comida, bebida e roupa. Esses itens, por sua vez, necessitam de um volume maior de embalagens para chegar ao consumidor e também puxam a demanda de insumos intermediários usados na sua produção.

O aquecimento gradual do consumo de bens diretamente ligados ao aumento da renda, isto é, aqueles cuja compra não depende do crédito e da taxa de juros, bateu na indústria desde o final do terceiro trimestre do ano passado, observa Pacini.

Num primeiro momento, o crescimento da demanda foi atendido pela sobra de estoques que havia na indústria. “Mas, nos últimos meses, as fábricas estão ligando as máquinas e acelerando a produção”, diz o economista.

Comida em alta

Líder na produção de peixes enlatados, a multinacional espanhola Nauterra, dona da marca Gomes da Costa no Brasil, por exemplo, confirma o forte aquecimento da produção nas duas fábricas, uma de pescados e outra de embalagens em Itajaí (SC). Nos últimos meses, a companhia chegou a usar até 90% das instalações para atender o avanço da demanda.

De janeiro a julho, os volumes de sardinha produzidos cresceram 20% em relação ao mesmo período do ano passado. No atum, a alta foi de 10%. “Estamos voltando ao patamar pré-pandemia”, afirma o CEO da empresa para América Latina, Martin Barbési.

Ele conta que já faz parte da rotina da empresa destinar cerca de 40% dos investimentos anuais para expansão da capacidade. Mas reafirma que, diante do atual cenário, certamente, 2025 e 2026 serão anos de ampliação das fábricas.



Linha de produção de sardinha na fábrica Nauterra em Itajaí, Santa Catarina Foto: Rafael Mondini

Há um ano e meio no cargo, o executivo que veio da Espanha diz que não está acostumado a ver dados de crescimento de consumo de alimentos tão robustos como os registrados hoje no Brasil.

Ele atribui o avanço das vendas ao maior poder de compra da população. “A macroeconomia brasileira está andando bem, apesar da questão do déficit público”, pondera Barbési. “A inflação está sob controle, o desemprego tem boa evolução, o poder de compra melhorou e os nossos produtos são práticos e saudáveis.”

O ritmo de crescimento mais acelerado do Produto Interno Bruto (PIB) e, conseqüentemente, do consumo de alimentos fez a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) rever para cima as projeções para este ano.

Em fevereiro, a expectativa para 2024 era de um aumento das vendas reais de 2% a 2,5%. “Com a diminuição do desemprego para uma taxa de 6,6% e o ritmo forte das exportações, é provável que as vendas registrem crescimento acima de 3%”, prevê João Dornellas, presidente executivo da Abia, em nota.

Em agosto, segundo a entidade, as fábricas de alimentos usavam 81,9% da capacidade de produção. A sondagem da FGV aponta que esse índice tinha subido para 85,3% no mês passado.

De acordo com a Abia, existem investimentos em curso para fazer frente às pressões na capacidade das fábricas. Em recente reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, o setor de alimentos anunciou um investimento de R\$ 120 bilhões no período de 2023 a 2026, informa a entidade em nota. Desse montante, aproximadamente R\$ 75 bilhões estão destinados à ampliação e modernização de fábricas, além da construção de novas unidades. Os outros R\$ 45 bilhões são destinados a pesquisa e desenvolvimento.

Vestuário no topo

A indústria do vestuário foi a que apresentou maiores pressões entre outros segmentos do grupo com maior aceleração da produção, aponta a sondagem da FGV. Em setembro, as fábricas de vestuário ocupavam 96% da capacidade de produção. No segmento têxtil, o uso da capacidade atingiu 83,6% no mês passado. E, em ambos os segmentos (vestuário e têxtil), os estoques estavam bem enxutos.

No entanto, dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) mostram um cenário menos pressionado. Em julho, a informação mais atual da entidade, as confecções usavam 84,4% da capacidade, ante 77, 3% no mesmo período de 2023. No caso das tecelagens, o uso da capacidade estava em 79,3% em julho deste ano, abaixo de 81,2% registrados um ano atrás .

Segundo Fernando Valente Pimentel, diretor-superintendente da Abit, o nível de estoques do setor está hoje relativamente ajustado. “O nosso mapa de calor mostra um pouco de luz vermelha, mas nada que denote uma preocupação muito grande neste momento”, afirma.

Por ora, a perspectiva do setor é crescer este ano 2,1%. Pimentel admite que os fabricantes de vestuário estão hoje em uma fase favorável, mas pondera que a base de comparação (2023) é baixa. “Não é crescimento sobre crescimento”, argumenta.

Termômetro das embalagens

Já no caso do segmento de embalagens de papelão ondulado, espécie de indicador que mostra para onde caminha a atividade econômica como um todo, não há dúvida de que ele esteja a todo vapor. Em agosto, foram expedidas 376.204 toneladas de caixas papelão ondulado, um recorde mensal desde o início da série histórica em 2005, segundo o Índice Brasileiro do Papelão Ondulado (IBPO), elaborado pelo Ibre/FGV para a Associação Brasileira de Embalagens de Papel (Empapel). Na comparação anual, a alta foi de 2,13%.



Setor de embalagens funciona como um termômetro do ritmo de atividade da economia Foto: Patrick Madeira/Estadão

Segundo o presidente-executivo da Empapel, embaixador José Carlos Fonseca, normalmente o primeiro semestre do ano tende a ser mais difícil para o setor. No entanto, este ano foi muito bom: cresceu 5,4% ante o mesmo período de 2023. “Isso nos permite antecipar que o segundo semestre vai ser muito bom também”, prevê Fonseca, lembrando que nesse período há duas datas comerciais importantes: Black Friday e Natal.

Diante dos bons resultados, Fonseca diz que o setor revisou para cima as projeções de crescimento para 2024. No início do ano, projetava um avanço de 2% e agora a estimativa é crescer mais que o dobro: 5,2%.

Apesar da demanda aquecida por embalagens, o executivo da Empapel ressalta que o setor não está preocupado em não ter capacidade de produção para dar conta da procura. “Temos nos preparado para isso”, afirma. Entre 2024 e 2028, por exemplo, estão sendo investidos R\$ 105 bilhões em novas fábricas de celulose e embalagens. “Esse investimento corresponde a uma fábrica nova a cada um ano e meio”, calcula.

Nem-nem

Hoje as pressões no uso da capacidade das fábricas e nos estoques se concentram em seis segmentos, segundo Stéfano Pacini. No entanto, ele ressalta que a situação é diferente para outros segmentos da indústria.

Em setembro, o economista identificou um grupo dos nem-nem. São segmentos industriais que nem estão estocados nem estão pressionados no uso da capacidade das fábricas. Nesse rol estão as indústrias de produtos plásticos, de máquinas e equipamentos, de veículos automotores e produtos de metal

Também há outro grupo que reúne segmentos da indústria que estão em marcha lenta no uso da capacidade e acumulam estoques indesejados, como couro e calçados, química, limpeza e perfumaria, minerais não metálicos, bens de informática eletroeletrônicos e máquinas e materiais elétricos.

Quanto à tendência, isto é, se o aquecimento que atinge hoje seis segmentos da indústria vai se espalhar para outros ou arrefecer, Pacini diz que tudo vai depender de como será a reação da economia ao ciclo de alta de juros iniciado pelo Banco Central.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/10/2024

IRMÃOS BATISTA SE RECUSAM A ASSUMIR AMAZONAS ENERGIA SEM AVAL DA ANEEL E PEDEM REUNIÃO PARA AMANHÃ

Data é o último dia de validade da medida provisória do governo Lula que beneficiou empresa do Grupo J&F

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA – Os irmãos Joesley e Wesley Batista se recusaram a assumir a Amazonas Energia sem um respaldo técnico da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pediram uma reunião extraordinária do órgão para esta quinta-feira, 10, último dia de validade da medida provisória do governo Lula que beneficiou o negócio da dupla no setor.



Na foto, Joesley Batista (o segundo da fila lateral à esquerda) aparece em reunião com o presidente Lula no Palácio do Planalto. Foto: Wilton Junior/Estadão

Conforme o Estadão revelou, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, autorizou a venda da distribuidora para a Âmbar, empresa do grupo J&F, que pertence aos irmãos Batista, na segunda-feira, 7, após a Justiça Federal do Amazonas obrigar a transferência. A empresa, no entanto, quer uma aprovação técnica e administrativa da Aneel para não ficar só “pendurada” na decisão judicial. A operação terá um custo de R\$ 14 bilhões para consumidores da conta de luz todo o País, se for aprovada.



Na terça-feira, 8, a diretoria da Aneel iria analisar o processo administrativamente, mas o relator, Fernando Mosna, retirou o caso da pauta, também monocraticamente. Mosna se ancorou no regimento da agência e apontou perda de objeto para o caso diante do despacho do diretor-geral. A Âmbar foi surpreendida pela decisão e informou que irá recorrer.

“A excelência na prestação de serviços para o consumidor de energia é uma premissa fundamental da Âmbar para assumir a Amazonas Energia. Essas condições só podem ser atingidas caso a Aneel garanta as seguranças jurídica e econômica necessárias, por meio da aprovação do plano de transferência de controle apresentado pela Âmbar”, disse a companhia em nota. “Sem isso, a empresa abrirá mão de seu direito de concretizar o negócio.”

Em decisões anteriores, técnicos e diretores da Aneel exigiram um plano com custo menor para o consumidor, de R\$ 8 bilhões, mas a companhia não concordou. Em meio ao impasse, a Amazonas Energia foi à Justiça e conseguiu a decisão. A agência reguladora recorreu da determinação e o processo ainda está correndo. Na terça, 8, o diretor-geral da Aneel afirmou que, se a decisão judicial cair, o contrato será anulado nas condições atuais.

O governo Lula beneficiou os irmãos Batista com uma medida provisória 72 horas após a Âmbar comprar usinas termelétricas que pertenciam à Eletrobras e que vendem energia para a Amazonas. A distribuidora, porém, não paga pelo que compra e acumula dívidas. A MP do governo bancou esse prejuízo com a conta de luz. Além disso, repassou o custo da distribuição para todos os consumidores de energia durante 15 anos. Com a benesse, a Âmbar não só comprou as usinas como também fez uma proposta para assumir a Amazonas.

O impasse aumenta porque a medida provisória tem validade até esta quinta-feira, 10. Depois dessa data, o negócio não pode ser feito com as benesses dadas pelo Poder Executivo, que transferiu o custo da operação para os consumidores brasileiros. Se a empresa não for vendida, o governo federal estuda uma intervenção na operação. “A aprovação do plano pela Aneel é a melhor alternativa para evitar custos de até R\$ 20 bilhões para os contribuintes e garantir a segurança energética da população amazonense”, disse a empresa dos irmãos Batista.

A Amazonas Energia enfrenta uma série de problemas no Estado, como furto de energia (o chamado “gato”), custos operacionais que não se pagam e dinheiro irrecuperável de consumidores inadimplentes. Esses “buracos” vão ser bancados por todos os consumidores, que deverão pagar mais na conta de luz para subsidiar a operação.

Além dos custos futuros, há uma dívida que supera R\$ 11 bilhões do passado. A Aneel exigia que a empresa pagasse as dívidas e se comprometesse com metas maiores para resolver os problemas mais rapidamente e diminuir o custo ao longo do tempo, o que não ocorreu. A Âmbar se comprometeu a pagar um valor suficiente para diminuir a dívida em níveis aceitáveis, o que exigiria um aporte de R\$ 8,5 bilhões ainda em 2024.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, pressionou a Aneel para realizar a transferência, conforme o Estadão revelou. O chefe da pasta acusou a agência de estar boicotando o governo Lula – os quatro diretores da Aneel foram indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Silveira foi um defensor público da venda da Amazonas Energia, alegando que, se o controle da empresa não fosse repassado, o governo teria que intervir na operação com dinheiro do orçamento público, bancado pelo contribuinte. Conforme a reportagem também revelou, executivos da Âmbar foram recebidos 17 vezes no ministério antes da edição da medida.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 09/10/2024

GOVERNO QUER APROVAR ATÉ DEZEMBRO NOVA LEI DE PPPS E NOVO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, objetivo é modernizar a legislação sobre parcerias público-privadas e incorporar melhores referências internacionais

Por Eduardo Laguna (Broadcast) e Elisa Calmon (Broadcast)

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta quarta-feira, 9, que o governo quer aprovar até dezembro uma nova lei de parcerias público-privadas (PPPs), assim como um novo processo de licenciamento. Em abertura no fórum que reúne empresas italianas na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Costa afirmou que a ideia da nova lei de PPPs é modernizar a legislação, incorporando as melhores referências internacionais.

Já o novo processo de licenciamento visa reduzir prazos e melhorar a previsibilidade, para que as empresas que investirem no Brasil conheçam de forma transparente quais são os critérios, fluxos e condicionantes das licenças necessárias aos empreendimentos.

Os dois projetos fazem parte do conjunto de medidas que visam melhorar o ambiente de negócios no Brasil para atração de investimentos privados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Conforme Rui Costa, um ano após o lançamento do programa, que prevê investimentos de R\$ 1,8 trilhão, a execução financeira do PAC chegou a 38%, um ritmo considerado pelo ministro como “adequado”. Ele adiantou que, após as eleições municipais, haverá uma caravana por Estados e municípios, que executam os investimentos, para acelerar as contratações do PAC.



Governo prevê 11 leilões de saneamento entre 2024 e 2026, segundo Rui Costa; projetos devem somar cerca de R\$ 73,5 bilhões Foto: Wilton Junior/Estadão

Diante do vice primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores da Itália, Antonio Tajani, que participa do fórum da Fiesp, Costa destacou em seu discurso o crescimento acima das expectativas da economia brasileira e a geração de 3,2 milhões de vagas de emprego formal desde o início do mandato, em janeiro de 2023.

Também ressaltou que a atividade econômica cresce com a inflação no intervalo da meta perseguida pelo Banco Central (BC). E disse que a execução orçamentária aponta para o cumprimento da meta de zerar o déficit das contas públicas primárias.

Leilões de saneamento

Entre 2024 e 2026, o governo prevê 11 leilões de saneamentos, que devem somar cerca de R\$ 73,5 bilhões, segundo Rui Costa. Depois da concessão da operação de Sergipe, em setembro, o próximo leilão na agenda é o de Engenho Maranhão, em dezembro deste ano. Na sequência, aparecem o de Pernambuco, previsto para fevereiro de 2025, e o do Pará, em março.

O ministro falou também sobre os investimentos previstos em diferentes modais de transporte, destacando a importância de atrair participação estrangeira. No setor rodoviário, ressaltou que, até o final de 2024, serão 11 leilões realizados, somando 6.084 quilômetros concedidos. O número deve subir para 28 projetos em 2026.

Contudo, ele defendeu a importância de diversificar os modais. “O Brasil, sendo um país continental, não se pode dar ao luxo de transportar cargas apenas através de rodovias”, afirmou.

Para Rui Costa, o Brasil fez uma escolha equivocada, no passado, ao não investir na malha ferroviária. “Estamos avançando rapidamente em modelos de investimento público, privado e parcerias para ampliar a malha”, disse.

Enquanto isso, nos portos, a carteira geral deve atingir R\$ 6,2 bilhões em 2024, com 16 empreendimentos, R\$ 5,8 bilhões em 2025, somando 15 empreendimentos e R\$ 1,9 bilhão em 2026, com oito empreendimentos.

Acordo Mercosul-União Europeia

O governo está pronto para assinar o acordo comercial Mercosul-União Europeia, segundo o ministro. Ele reforçou que o País está disposto a aumentar a integração entre os continentes por meio da iniciativa. “O Brasil está pronto para assinar o acordo assim que ele estiver pronto”, afirmou.

O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, abriu o evento reiterando o apoio da entidade à conclusão do acordo. “Estamos conscientes dos desafios, mas queremos dizer que a indústria é favorável à conclusão e acreditamos que vamos chegar a bom termo, o que vai favorecer a indústria europeia e empresas de ambas as regiões”, disse.

Rui Costa afirmou que o Brasil está focado em atrair o interesse de investidores estrangeiros, incluindo europeus, para fomentar investimentos em infraestrutura. Setores como óleo e gás e fertilizantes também foram citadas pelo político como exemplos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/10/2024

HADDAD DIZ QUE ECONOMIA ESTÁ ‘RODANDO BEM’, MAS QUE SECA PREOCUPA: ‘JURO NÃO FAZ CHOVER’

Ministro da Fazenda afirma que choque de oferta em virtude da seca traz problemas para a inflação, mas ressaltou que questão é ‘temporária’: ‘Daqui a pouco a chuva chega e as coisas voltam ao normal’

Por Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira, 9, que a economia brasileira está “rodando bem”, apesar dos juros “restritivos”, e que a questão da seca é o que preocupa. Um dia após a aprovação de Gabriel Galípolo pelo Senado para presidir o Banco Central a partir do próximo ano, o ministro foi questionado sobre a continuidade das críticas do governo aos juros altos.

“O juro já está no campo restritivo. Mas isso é uma discussão técnica que os novos diretores farão. Agora vamos ter, a partir de janeiro, novos três nomes, vamos ver como as coisas vão se dar. Até aqui a economia está rodando bem, está forte, os preços estão controlados”, disse.

Para Haddad, a questão da seca é mais preocupante. O ministro falou sobre os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado nesta quarta, que mostram que a seca afeta dois componentes importantes: energia e alimento. Segundo dados do IBGE, a inflação de setembro ficou em 0,44%, puxada principalmente pela conta de luz e alimentos.



Haddad afirma que governo tem preocupação com a questão de gênero no BC para as próximas indicações de diretorias Foto: Diogo Zacarias/MF

“Isso não tem a ver com o juro, juro não faz chover. Isso tem a ver com o fato de que tem um choque de oferta em virtude da seca e traz problemas para a inflação. Mas é temporário, não é uma coisa que vai se estender no tempo. Daqui a pouco a chuva chega e as coisas voltam ao normal, os preços voltam ao normal. Mas isso tem que ser analisado com a devida cautela, não tomar uma decisão equivocada em função de uma questão climática que é temporária, não é permanente”, defendeu.

Haddad afirmou ainda que o governo tem preocupação com a questão de gênero no Banco Central para as próximas indicações de diretorias, que serão encaminhadas por Gabriel Galípolo, após ter passado por uma sabatina “bem-sucedida” e ter o nome aprovado para a presidência da autoridade monetária com votação expressiva no Senado. O BC precisa indicar nomes para as diretorias de

Política Monetária, ocupada hoje por Galípolo, e de Regulação e Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, cujos mandatos dos diretores encerram em dezembro.

A expectativa do governo é de que os nomes sejam votados em novembro, mas esse prazo será acertado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva bater o martelo em relação às indicações.

“A sabatina foi muito bem-sucedida. Foi muito saudável a maturidade com que a sabatina foi feita e a votação foi muito expressiva. Penso que é um sinal de que institucionalmente as coisas vão bem. Temos, sim, essa preocupação com a questão de gênero no BC, e o Galípolo ficou, de ato contínuo à sabatina, levar ao presidente Lula alguns nomes, uma vez que é ele que indica ao Senado para que esses nomes sejam sabatinados”, explicou o ministro.

Em relação às expectativas da gestão de Galípolo na autoridade monetária, Haddad reiterou que ele é uma pessoa técnica. “Nós temos procurado escolher pessoas que tenham um grau de maturidade técnica para ajudar a melhor estratégia de combater a inflação, trazê-la para a meta”, lembrando que o País vive no regime de meta contínua. Ele também reiterou que a Fazenda e o BC sempre mantiveram uma relação técnica e que nunca faltou respeito de parte a parte.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/10/2024

‘QUANDO A GENTE RESOLVER GARGALOS, O PAÍS DECOLA’, DIZ VP DO CONSELHO DA SUZANO

Empresário Daniel Feffer, que também representa o Brasil na Câmara Internacional de Comércio, cita infraestrutura, custo do capital e questão tributária como inibidores das exportações

Por Sonia Racy



Daniel Feffer, Vice-presidente do conselho de administração da Suzano e presidente no Brasil da Câmara Internacional de Comércio. Foto: Silvana Garzaro / Estadão

Entrevista com Daniel Feffer - Vice-presidente do conselho de administração da Suzano e presidente no Brasil da Câmara Internacional de Comércio

Integrante da terceira geração da família que fundou a Suzano – maior fabricante de celulose do mundo –, há 100 anos no Brasil, Daniel Feffer, além de vice-presidente do conselho de administração da empresa, representa hoje o Brasil na Câmara Internacional de Comércio (ICC, na sigla em inglês).

Ele vê como grande desafio a busca de melhor posição no comércio mundial para os produtos brasileiros. Um caminho que exige racionalizar impostos, modernizar a infraestrutura e baixar o custo do capital. “Na hora em que a gente resolver esses gargalos, o País decola.”

Neto de Leon Feffer, o fundador da Suzano, Daniel também se diz “um entusiasta” da governança da família. “A gente procura aprender com as melhores práticas das empresas centenárias.”

Em sua atuação na ICC, ele chama a atenção para a questão ambiental, que, a seu ver, pode se tornar “o grande diferencial que o mundo clama do Brasil”. A seguir, os principais trechos da conversa:

Qual sua função como representante do Brasil na ICC?

Ela foi fundada há mais de 100 anos, logo depois da 1.ª Guerra Mundial, por comerciantes europeus e americanos para ajudar os países a prosperar com o comércio entre eles. Denominavam-se



“merchants of peace”, mercadores da paz, cientes de que o desenvolvimento de todos traria a paz mundial.

Na prática, o que é a ICC no Brasil?

Ela tem aqui 200 empresas associadas. Funciona aqui um dos muitos comitês nacionais, voltados para a implantação de políticas públicas e privadas para melhorar o ambiente de negócios no que diz respeito à integridade e à sustentabilidade.

Por que a participação brasileira no comércio mundial é tão pequena? Nós passamos de 0,7% para 1,05% nos últimos 20 anos...

Se me permite, vou antes contar um pouco sobre nossos pilares essenciais. Primeiro, integridade, compliance, que são base de tudo o que a gente faz – na vida, em casa, no nosso País. A ICC desenvolve políticas de integridade entre empresas, instituições, associações, governo. O segundo pilar é sustentabilidade. Encaramos temas como clima e meio ambiente como uma avenida de desenvolvimento.

Mas, afinal, por que a participação do Brasil no comércio mundial é tão pequena?

O fato importante para o desenvolvimento econômico é o fluxo do comércio. Aquela ideia de que “exportar é o que importa” serviu por um período. Mas a gente precisa é de fluxo.

Ele é pequeno para o Brasil de hoje, né?

A média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) do comércio exterior em relação ao PIB é de 64%. O Brasil já esteve em 30%. Em 2022, chegou a 39%, mas agora está em 33%. Para crescer de modo sustentável, precisamos ter competitividade e vontade política para promover transformação. A China está fazendo isso, um programa com foco em inovação, sustentabilidade, biotecnologia, inteligência artificial. Entendo que uma visão de país em que o comércio exterior seja a ponta de lança seria o ideal.

E qual papel a ICC teria?

Ela já vem sendo uma voz atuante em fóruns de representação empresarial, de interlocução com o governo. Atuamos também na agenda de financiamento, importação e exportação com o Banco Central e outras instituições.

O que acha do Mercosul?

Gosto da ideia de somar partes, gosto da União Europeia. O Mercosul é uma oportunidade fantástica para os países negociarem acordos internacionais e se ajudarem mutuamente. Mas ele precisa de um consenso para decidir tudo o que vem do comércio exterior. Existe um sistema de regras de exceção que permite a cada país aprovar, de forma autônoma, negociações bilaterais. Mas essas exceções são poucas e não são transformadoras. No momento, há uma chance enorme para acordos com muitos países.

No debate entre Mercosul e União Europeia, você é a favor de um acordo separado do Brasil com os europeus?

Sou a favor de tudo o que ajudar a avançar na agenda do comércio exterior. A agenda é muito ampla e acredito que é vantajoso, para o País, começar a fazer esses acordos bilaterais. Está sendo negociado um deles com Cingapura. Temos por aqui exemplos fantásticos. O agronegócio é temido lá fora, por sua competitividade. E tem uma indústria, a Embraer: quando a gente fala em comércio exterior não tem exemplo melhor.

E tem a Suzano também...

Podemos mencionar os dois. A Embraer é diferenciada; inclusive, é sócia-fundadora da ICC Brasil. Ela é uma combinação de tecnologia, competência humana; importa peças, produz tecnologia, traz conhecimento de fora.

Acha que o Brasil se protege bem comercialmente?

A gente está melhorando bastante. O maior desafio, creio, é o engajamento, compartilhar com as partes envolvidas. É preciso reforçar a estrutura de negociação, de diplomacia.

Que recomendação daria a empresários brasileiros que resolvessem se aventurar nas exportações?

Primeiro, eu pensaria, mais do que nas exportações, em fluxo do comércio. Entender o que tem lá fora que pode ser absorvido e melhorado aqui.

Exportadores médios e pequenos deviam ter mais oportunidades?

Tem muito espaço ainda para mecanismos de financiamento.

Quer dizer, não faltam recursos para projetos assim.

Acho que o recurso vem conforme se tenha um bom projeto. O avanço tem de vir do aprendizado sobre o que está acontecendo, com as barreiras comerciais se fechando entre China e Estados Unidos...

Acha que isso vai durar?

É difícil definir quanto. E o Brasil pode se beneficiar disso. Ele tem acesso a todos os países, e deveria preservar essa posição neutra. Na hora em que se resolverem gargalos da questão tributária, da infraestrutura, do custo do capital, o País decola.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/10/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

DESAFIO PARA INSTALAR EÓLICAS 'OFFSHORE' É A PREVISIBILIDADE, APONTA PETROBRAS

No entanto, a perspectiva é que, no médio prazo, existam as condições para a formação desse segmento no país, afirma o gerente geral de geração renovável da companhia, Daniel Faro

Por Fábio Couto, Valor — Rio



Eólica offshore — Foto: Norbert Pietsch/Pixabay

O maior desafio para a instalação de uma cadeia de fornecimento de eólicas marinhas (“offshore”) no Brasil é a previsibilidade, o que inclui a existência de uma demanda de energia, financiamentos mais baratos e formação de escala, na avaliação da Petrobras. No entanto, a perspectiva é que, no médio prazo, existam as condições para a formação desse segmento no país, disse o gerente geral de geração renovável da companhia, Daniel Faro, nesta quarta-feira (9).

Em participação no evento UK & Brazil: Partners in Energy 2024, realizado pela FGV Energia, Faro destacou que as projeções de crescimento da demanda por eletricidade no país até 2050 indicam a exigência de instalação de 250 gigawatts (GW), o que corresponde a uma média de 9 GW por ano.

O executivo salientou que, nos dois últimos anos, o cenário era de tempestade perfeita: hidrologia chuvosa, que derrubou preços da energia elétrica, grande oferta de projetos renováveis e consumo de eletricidade pós-pandemia ainda retraído. No entanto, no médio e longo prazo, o horizonte muda, segundo Faro, com a queda dos investimentos (“capex”), entre outros fatores.

Ele ressaltou que o fato de já haver uma cadeia de suprimento estabelecida no país é uma vantagem para os futuros projetos. Faro revelou que a Petrobras vem sondando empresas fornecedoras de



equipamentos para saber como seria o atendimento a eventuais projetos eólicos “offshore” que a petroleira venha a implantar no futuro – num “request for information” (pedido de informação).

A resposta mais comum, disse, é que muitos fornecedores eólicos já estão dispostos a realizar adaptações e criar subsidiárias específicas para o segmento “offshore”, pensando em futuros grandes contratos.

Presente ao painel, o superintendente adjunto de planejamento de geração da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Gustavo Ponte, afirmou que dos 234 GW em projetos cadastrados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), poucos possuem capacidade instalada inferior a 1 GW.

Ponte contou também que pelo menos três portos, Pecém, Açú e Rio Grande estão localizados próximos às áreas de maior potencial eólico e com boas condições de atender a essa cadeia. Ele contou que um estudo feito pela EPE há alguns anos indicam que nenhum porto está 100% apto para receber cadeia de suprimentos. Por outro lado, os investimentos necessários para adaptá-los não serão complexos.

“O porto é parte fundamental do projeto [eólico]”, disse. Isso porque o porte de um aerogerador eólico impede trânsito de componentes em rodovias, como as pás, que podem ultrapassar 100 metros de comprimento, explicou Ponte.

Viabilidade no médio prazo

Faro observou que, mesmo que exista farta oferta de eólicas terrestres (“onshore”) e solares fotovoltaicas, existem restrições produtivas que impedem uma exploração total desse potencial no médio e longo prazo, o que abre caminhos para as eólicas offshore.

“No curto prazo, eólicas e solares serão competitivas”, reconheceu. “Mas no médio prazo, cabe espaço para a fonte”, acrescentou.

Entre as barreiras, estão a concentração da geração solar em determinados horários, enquanto há incidência dos raios do sol, e o esgotamento da oferta dos melhores potenciais de vento. Em paralelo, afirmou, mais da metade da população está localizada na costa brasileira.

Faro contou, ainda, que a Petrobras tem aproveitado sinergias com estruturas da companhia no Nordeste do país, onde possui atuação em águas rasas, para medição de ventos. A empresa possui dois pontos de medição “offshore”, em plataformas localizadas no Nordeste, e pretende instalar pelo menos mais quatro sistemas. A medição visa a trazer dados dos melhores potenciais de vento.

Além disso, por atuar no Nordeste, uma das três regiões que concentram os maiores potenciais, a Petrobras tem conhecimento ambiental, especialmente em temas como pesca, fauna e flora, o que pode ajudar na elaboração de projetos futuros.

A empresa possui 23 GW em projetos cadastrados no Ibama em dez áreas no Nordeste, Sudeste e Sul do país.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/10/2024

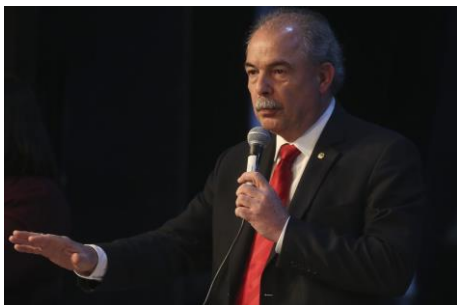
BNDES ESTÁ 'QUASE NO LIMITE' DE NÃO FINANCIAR MAIS OUTORGA EM CONCESSÕES DE SANEAMENTO, DIZ MERCADANTE

Segundo Mercadante, o peso da outorga é uma das principais preocupações da instituição nos modelos de concessão

Por Paula Martini, Valor — Rio

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou, nesta quarta-feira (9), que a instituição está impondo limites ao financiamento

de outorgas em projetos de concessão de saneamento de água e esgoto. Segundo Mercadante, o banco busca um “diálogo mais duro” com gestores estaduais e municipais sobre os valores das licenças.



Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante — Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

“O BNDES está quase no limite de não financiar mais outorga para ter diálogo mais duro. Evidentemente que gestores têm direito à outorga, mas isso tem que ser discutido com responsabilidade e transparência”, afirmou ele, no encerramento do evento “Conexões que transformam: saneamento e sociedade”, realizado no auditório da Águas do Rio, na zona portuária do Rio de Janeiro.

Mercadante destacou que o peso da outorga (espécie de licença paga ao poder público para operar um equipamento ou serviço) é uma das principais preocupações da instituição nos modelos de concessão do serviço de água e esgoto. Ao Valor, ele explicou que o montante pode impactar futuramente as tarifas cobradas do consumidor.

“O gestor, a prefeitura e o governo do Estado, não pode exigir uma outorga, porque aquilo é receita para ele hoje, mas é tarifa amanhã. A população tem um limite do que ela pode pagar. Aí isso desequilibra o contrato, aí começa a pressão para aumentar a tarifa, aí você aumenta a tarifa, tem que aumentar a tarifa social, você vai desorganizando. Tem que ter regras claras e sustentáveis”, argumentou.

R\$ 61 bilhões em investimentos contratados

No seminário, o presidente do BNDES destacou que a instituição participou de três leilões e tem nove projetos de saneamento em estruturação. “Nós temos responsabilidade de investimento de R\$ 160 bilhões, e R\$ 61 bilhões já estão assinados e contratados”, disse.

Segundo Mercadante, o banco irá participar dos leilões no Piauí, marcado para 30 de outubro, de Rondônia, Pernambuco, Pará, Maranhão, Goiás e Rio Grande do Norte. “Só nestes projetos previstos para 2025 e início de 2026, estamos falando de R\$ 83 bilhões”, afirmou.

O presidente do banco de fomento ressaltou, ainda, que a instituição está buscando diversificar instrumentos financeiros para acelerar os projetos e conta, atualmente, com 56 modelos de project finance.

“Não há saída se não houve parceria criativa do setor público e privado. O Estado é fundamental não só na regulação, mas para alavancar financiamento e induzir investimentos. E nós precisamos decisivamente da competência da gestão do setor privado e do mercado de capitais e financiamento privado para dar conta dessa tarefa”, destacou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/10/2024

BOMBEIROS RETOMAM BUSCAS DE DESAPARECIDOS APÓS DESABAMENTO DE PARTE DE PORTO NO AM

Segundo o governo do Estado, a responsabilidade do Porto da Terra Preta é do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

Por Josué Seixas, Folhapress — Maceió

As equipes de resgate retomaram as buscas na manhã desta terça-feira (8) pelos desaparecidos após um desabamento de terra às margens do rio Solimões, no município de Manacapuru, região metropolitana de Manaus, que destruiu parte do Porto da Terra.

Segundo a prefeitura, uma menina de seis anos e três homens estão entre os possíveis desaparecidos. De acordo com familiares, os nomes são Letícia Correia de Queiroz, 6, o pescador Jorge Facondi, 64, Frank Lins Pinheiro de Souza, 37, e outro homem identificado como Bruno.



— Foto: Reprodução: Agência Brasil

Nas redes sociais, o pai da criança, Osmar Pinheiro de Queiroz, afirmou que morava perto do porto e achava que tinha perdido todos os filhos com o desastre, mas os dois mais velhos estão a salvo.

"Perdemos nosso lar, perdemos tudo que tínhamos. A minha princesa, se Deus quiser, vão achar o corpo dela e vamos fazer um enterro digno", lamentou.

Outras nove pessoas foram atendidas no Hospital Regional Lázaro Reis, no município, com escoriações.

No resgate, estão mergulhadores e especialistas em salvamento em estruturas colapsadas que vieram de Manaus, além do apoio das polícias Civil e Militar.

Segundo o governo do Estado, a responsabilidade do Porto da Terra Preta é do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O órgão do governo federal diz que administra apenas um outro trecho do porto, não o trecho atingido.

O Dnit acrescentou que está com técnicos no local para uma inspeção detalhada para avaliar a extensão dos danos e os riscos que podem comprometer a segurança da estrutura sob sua responsabilidade.

"O incidente no Porto de Terra Preta é provavelmente resultado de um fenômeno sazonal conhecido como 'terras caídas', comum nesta época do ano na região", diz trecho da resposta do Dnit. A Marinha afirmou que abrirá inquérito para apurar as causas do desabamento.

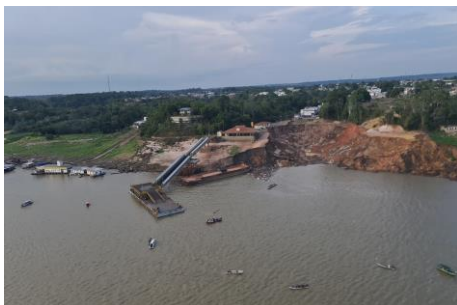
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/10/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MARINHA REALIZA BUSCA E SALVAMENTO APÓS DESLIZAMENTO DE TERRA EM TERMINAL NO AM



A Marinha do Brasil (MB) mobilizou seu aparato para atuar em operações de busca e salvamento após um deslizamento de terra ocorrido no Porto da Terra Preta, na orla de Manacapuru, interior do Amazonas, nesta segunda-feira (7). As ações envolvem um helicóptero UH-12 Esquilo, os navios de assistência hospitalar (NAsH) "Carlos Chagas" e "Soares de Meirelles", uma Lancha de Operações Ribeirinhas Blindada, mergulhadores e Fuzileiros Navais.

As equipes concentram esforços em localizar possíveis vítimas no rio ou nas margens próximas. As embarcações da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental já estavam na área desde o início das operações. A operação conta também com a participação de equipes de saúde da MB, que estão a bordo dos Navios de Assistência Hospitalar, e permanecem de prontidão na área do Comando do 9º Distrito Naval.

A Marinha coordena suas ações em conjunto com o governo do estado do Amazonas, a prefeitura de Manacapuru, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros. Além das ações de resgate, foi aberto um inquérito para investigar as causas e circunstâncias do acidente.

Os navios de assistência hospitalar da Marinha estão oferecendo atendimento médico e odontológico, com recursos como centro cirúrgico, consultórios e sala de raio-X. O helicóptero UH-12 Esquilo, parte do Esquadrão "Tucano" (EsqdHU-91), também atua em evacuações aeromédicas, busca e salvamento, patrulha naval, e outras atividades voltadas à segurança e salvaguarda da vida na região.

"Navios de assistência hospitalar foram acionados para prestar eventuais apoios médicos que se fizerem necessários. A Marinha continua, no dia de hoje, apoiando as buscas, junto com o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil, tanto na área do porto de Manacapuru quanto mais a jusante da região, onde eventuais vítimas possam ter sido levadas pela correnteza", disse o Capitão de Mar e Guerra André Lysâneas Teixeira Carvalhaes, Capitão dos Portos da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/10/2024

APÓS LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO, RAÍZEN CONFIRMA INVESTIMENTOS

Da Redação Indústria naval 08/10/2024 - 19:30



A Raízen participou da sanção da Lei do Combustível do Futuro (PL 528/2023), que visa descarbonizar os setores de transporte e mobilidade no Brasil. O evento contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O CEO da Raízen, Ricardo Mussa, confirmou o compromisso de investir R\$ 11,5 bilhões em projetos de energia renovável, como plantas de etanol de segunda geração (E2G) e biometano.

A nova lei incentiva a produção de biocombustíveis como diesel verde, combustível sustentável de aviação (SAF) e biometano. A Raízen, única empresa com produção industrial de E2G, utiliza o bagaço de cana-de-açúcar, o que permite aumentar em 50% a produção de etanol sem expandir a área plantada. A produção de E2G também reduz em 30% as emissões de CO2 em comparação ao etanol comum.

Atualmente, a Raízen tem duas plantas de E2G em operação e sete em construção. A produção já comercializada de E2G soma contratos de longo prazo equivalentes a mais de 4 bilhões de euros, com capacidade instalada de 686 milhões de litros anuais de etanol. Além disso, a Raízen está investindo R\$ 120 milhões no Centro de Bioenergia em Piracicaba (SP), em parceria com Shell e SENAI-SP, para avançar na pesquisa de biocombustíveis com menor pegada de carbono.

A nova lei também estabelece metas de redução de emissões para operadores aéreos a partir de 2027, exigindo o uso de SAF em aeronaves. A Raízen já possui certificação ISCC CORSIA Plus para a produção de etanol que atende aos requisitos internacionais da aviação sustentável. Os investimentos da Raízen devem gerar 12 mil empregos diretos e indiretos, beneficiar mais de 500 fornecedores e empresas, e aumentar a arrecadação nos municípios onde as plantas estão localizadas.

Leia também:

Raízen e Wartsila pesquisarão uso de etanol no transporte marítimo

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/navegacao-e-marinha/raizen-e-wartsila-pesquisarao-uso-de-etanol-no-transporte-maritimo>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/10/2024

TREINAMENTO SIMULA COMBATE A DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO PORTO DE SANTOS

Da Redação *Portos e logística* 08/10/2024 - 19:59



Cerca de 70 profissionais de segurança participaram, nesta terça-feira (8), de um simulado de combate a derramamento de óleo no mar do Porto de Santos (SP). O treinamento, realizado na sede da Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep), foi conduzido como um "simulado de mesa", ou seja, fora do ambiente real, com o uso de uma maquete do porto de cerca de seis metros.

A atividade faz parte do Plano de Área do Porto de Santos e Região (PAPS), coordenado pela Autoridade Portuária de Santos (APS). Esse plano envolve os terminais do estuário de Santos e busca preparar as equipes para responder a acidentes com derramamento de óleo.

O cenário do exercício simulou uma colisão entre um navio petroleiro e um navio de cruzeiro, resultando em vazamento de óleo no mar. As equipes foram divididas entre colaboradores da APS, terminais, empresas contratadas, entidades ambientais, além de representantes do Corpo de Bombeiros e das Prefeituras de Guarujá e Santos. A comunicação entre os times ocorreu via rádio ou formulário, e o foco principal foi o treinamento para conter e recolher o óleo, além de proteger a fauna e as comunidades próximas.

O presidente da APS, Anderson Pomini, destacou que o Porto de Santos realiza mais de cem simulados de emergências por ano, garantindo que as equipes estejam preparadas para lidar com situações de risco ao meio ambiente, à segurança das pessoas e ao patrimônio. Além da autoridade portuária, o PAPS conta com a participação de entidades como Ibama, Cetesb, Marinha do Brasil e as defesas civis municipais.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 09/10/2024

NAVIO QUE COLIDIU COM PONTE RIO-NITERÓI PARTE PARA TURQUIA NESTA SEXTA-FEIRA (11)

Por *Lorena Parrilha Teixeira* *Indústria naval* 08/10/2024 - 19:25



Graneleiro 'São Luiz', leilado em fevereiro deste ano, seguirá para inspeção no exterior após quase dois anos atracado no Porto do Rio de Janeiro

O graneleiro São Luiz, que colidiu com a Ponte Rio-Niterói em novembro de 2022, está pronto para deixar o Porto do Rio de Janeiro após quase dois anos atracado. Agora rebatizado como NM Luiz, o navio partirá na próxima sexta-feira (11), com destino à Turquia, onde passará por uma inspeção para definir seu futuro. A embarcação foi leilada no dia 19 de fevereiro de 2024 e arrematada pela empresa Rota Shipping Inc. por R\$ 6.206.000,00.

Ainda não há uma definição sobre o futuro do NM Luiz. De acordo com a PortosRio, o destino da embarcação, se será desmontada ou reparada, será decidido após sua chegada e inspeção na Turquia. "A situação ainda está indefinida", informou a autoridade portuária à Portos e Navios.

Em relação aos custos gerados pela estadia prolongada do navio no Porto do Rio, a PortosRio esclareceu que as despesas acumuladas antes da venda serão cobradas da antiga proprietária do

graneleiro, a Navegação Mansur, por via judicial. Já os custos posteriores à aquisição são de responsabilidade da Rota Shipping, a atual dona do NM Luiz. Segundo a PortosRio, a desatracação do NM Luiz será realizada nesta sexta-feira com o auxílio de quatro rebocadores, uma medida de segurança necessária devido ao porte do navio.

O São Luiz ficou conhecido após o incidente de 2022, quando colidiu com um dos pilares da Ponte Rio-Niterói, causando transtornos no trânsito e danos à estrutura. Agora, quase dois anos depois, a embarcação parte rumo à Turquia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/10/2024

GOVERNO SANCIONA LEI DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 08/10/2024 - 19:20



Nova legislação busca promover combustíveis sustentáveis, com expectativa de atrair mais de R\$ 260 bilhões em investimentos no setor de biocombustíveis e transporte aéreo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta terça-feira (8), a Lei do Combustível do Futuro durante um evento realizado na Base Aérea de Brasília. A nova legislação estabelece diretrizes para a descarbonização da matriz energética brasileira, consolidando o país como líder global na produção e uso de combustíveis sustentáveis no

setor de transportes. Lula ressaltou o papel estratégico do Brasil para fazer a "maior revolução energética do planeta".

A lei cria programas como o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), que determina a obrigatoriedade do uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) a partir de 2027, com metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) que chegam a 10% até 2037. Além disso, o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural.

No lançamento, o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, falou em fortalecer a biodiversidade, o biocombustível, a sustentabilidade e a descarbonização. "A agenda ambiental é uma prioridade do governo federal. Vamos, cada vez mais, colocar o Brasil no rumo certo e na agenda globalizada. O mundo quer investir, mas quer produzir, sobretudo, com sustentabilidade. E o nosso país é uma janela de oportunidades para receber investimentos de todo o mundo", destacou Costa Filho.

Durante o evento, foram assinados compromissos de investimentos que ultrapassam R\$ 20 bilhões para o setor de biocombustíveis, impulsionando a criação de novos projetos e tecnologias. Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o marco regulatório é essencial para o desenvolvimento econômico e ambiental do Brasil e estamos plantando uma nova semente. A "semente do combustível do futuro", mencionada pelo ministro, vai gerar mais de R\$ 260 bilhões em investimentos no agronegócio e na cadeia de biocombustíveis e evitar a emissão de mais de 705 milhões de toneladas de gás carbono (CO₂) até 2037.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/10/2024

WSUT FAZ PROJEÇÕES OTIMISTAS PARA SEGMENTO OFFSHORE NOS PRÓXIMOS 5 ANOS

Da Redação Offshore 08/10/2024 - 20:14

A Wilson Sons UltraTug Offshore (WSUT) avalia que o mercado de apoio marítimo no Brasil vive um momento de crescimento expressivo, com projeções otimistas para os próximos cinco anos, O



diretor-executivo da WSUT, Gustavo Machado, ressalta que a demanda por embarcações de apoio offshore, já em alta devido ao aumento das operações no setor de petróleo e gás, tem potencial de expansão ainda maior com a perspectiva de destravamento de investimentos na Margem Equatorial e nas futuras operações de geração de energia eólica offshore.

Recentemente, a WSUT foi reconhecida, pelo segundo ano seguido, como a vencedora do “Prêmio Melhores Fornecedores da Petrobras” na categoria Logística Marítima. A empresa é uma joint venture entre a brasileira Wilson Sons e a Ultratug, parte do grupo chileno Ultrana. Com uma frota moderna de 22 embarcações, a empresa tem uma parceria de mais de 20 anos com a Petrobras, prestando apoio às operações de exploração e produção de petróleo e gás. A premiação, que está em sua 7ª edição, destaca empresas que se destacam em desempenho de prazo, gestão, qualidade, segurança, saúde, meio ambiente e geração de valor. A WSUT superou mais de 40 empresas do setor no Brasil.

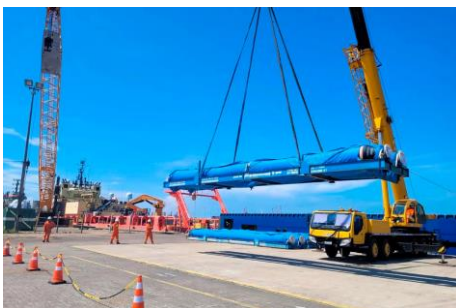
Durante a ROG.e 2024, em setembro, o diretor-executivo da WSUT destacou a importância do prêmio e reafirmou o compromisso da empresa com a excelência operacional e a segurança. Na ocasião, Machado disse que as expectativas positivas para o setor o horizonte de cinco anos estão impulsionadas pelos investimentos em operações na Margem Equatorial e no setor de energia eólica offshore.

Ele acredita que esse cenário promissor irá sustentar o crescimento por um longo período, reforçando a importância do setor para o desenvolvimento energético do país. A WSUT, com aproximadamente 900 colaboradores, mantém o desenvolvimento contínuo da cultura de segurança como prioridade, tendo promovido 50 mil horas-homem de treinamento somente em 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 09/10/2024

INTERMOOR ANUNCIA MELHORIAS IMPORTANTES NA BASE LOGÍSTICA ONSHORE NO PORTO DO AÇU

Da Redação Empresas e negócios 08/10/2024 - 18:48



PUBLIEDITORIAL

Até o final deste mês, a Base Logística Onshore da InterMoor, situada no Porto do Açú, passará por uma série de melhorias relevantes em suas instalações, visando otimizar a operação e aumentar sua capacidade de atendimento às demandas do setor offshore.

As melhorias incluem a limpeza e compactação de uma área de 15 mil m², ampliando a infraestrutura disponível para futuras expansões e armazenamento de materiais. Além disso, o solo no galpão principal, de 600 m², está sendo compactado e preparado para concretagem, o que permitirá uma maior eficiência no armazenamento e manuseio de equipamentos pesados utilizados nas operações marítimas.

Segundo o Gerente de Operações da Base da InterMoor, Igor Santarém, essas intervenções são parte do compromisso da InterMoor em fornecer um suporte técnico e logístico robusto para seus clientes. "A ampliação do galpão e a melhoria da área externa nos permite expandir nossas operações de forma mais ágil, garantindo a segurança e a qualidade dos serviços prestados." explica.

A Base Logística Onshore da InterMoor destaca-se por sua localização estratégica e infraestrutura avançada. Com uma área total de 52.300 m² e um cais de 90 metros, a base é projetada para suportar operações de grande porte. Além disso, parcerias estratégicas permitem a atracação de embarcações de maior porte, ampliando sua capacidade operacional. "Essas atualizações refletem nossa visão de longo prazo para o crescimento sustentável, alinhado com as demandas crescentes do mercado offshore", acrescenta Juliana Tinoco, Gerente Comercial.



Correntes

Ao implementar essas melhorias, a InterMoor fortalece sua posição como líder no setor de engenharia de ancoragem e serviços on e offshore, assegurando ainda mais confiabilidade e eficiência nas operações realizadas a partir do Porto do Açú.

Sobre a InterMoor

A InterMoor, parte da divisão de Engenharia, Ancoragem e Fundações do Grupo Acteon, é a líder global em soluções de ancoragem para projetos offshore, abrangendo todas as fases do ciclo de vida. Com um portfólio completo de serviços adaptados a ambientes marítimos desafiadores, a InterMoor se destaca no fornecimento, projeto e instalação de sistemas de ancoragem de ponta.

Sua expertise inclui operações complexas, como movimentações de sondas e instalações "na popa", realizadas em algumas das águas mais profundas do planeta. A empresa oferece soluções integradas por meio de uma equipe altamente qualificada, cobrindo desde inspeções até estudos de reboque e controle de posicionamento, garantindo excelência e eficiência em cada etapa do projeto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/10/2024

ANTAQ DEFINE REGRAS PARA ACORDOS OPERACIONAIS ENTRE EBNS E EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Por Danilo Oliveira Navegação 08/10/2024 - 22:55

Resolução, que entra em vigor a partir de novembro, tem objetivo de promover melhoria e regularidade dos serviços, racionalização do emprego de embarcações e redução dos custos de operação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou, nesta terça-feira (8), uma resolução que estabelece os requisitos que deverão ser atendidos pelos acordos operacionais, para troca de espaços, na navegação de longo curso, celebrados entre empresas brasileiras de navegação e empresas (EBNs) e companhias estrangeiras de navegação. A Antaq considera que a resolução 119/2024 tem o objetivo de promover a melhoria e a regularidade dos serviços, a racionalização do emprego de embarcações e a redução dos custos de operação.

A norma, que entra em vigor em 1º de novembro de 2024, veda o transporte, por embarcação estrangeira participante de acordo, de cargas com origem e destino em portos do território nacional ou em instalações localizadas nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), salvo se tiverem sido regularmente afretadas por EBNs para operar na navegação de cabotagem.

A homologação do acordo operacional deverá ser submetida à Antaq pelo agente de ligação, definido como a EBN designada dentre as participantes para representá-las perante a agência reguladora para a prática dos atos previstos na resolução. O acordo operacional deverá ser redigido em duas versões de igual teor: uma obrigatoriamente em português e a outra em idioma acordado entre as empresas participantes, ambas com igual validade.

O acordo operacional deverá indicar a qualificação das empresas participantes e de seus representantes legais, o endereço da sede, e conterá cláusulas que disponham sobre: descrição detalhada dos serviços a serem oferecidos em regime de associação, incluindo, entre outras

informações pertinentes, a descrição do ciclo de operação, especificando rota, portos servidos e frequência.

Os acordos também deverão trazer regras relativas à troca de espaços, com indicação dos espaços disponibilizados para permuta, em todas as embarcações do acordo, por viagem e por ciclo de operação, além da identificação e características principais das embarcações indicadas para operar e da capacidade de carga.

O agente de ligação deverá apresentar à Antaq, até o dia 20 de cada mês, a programação de viagens do conjunto dos participantes do acordo para o mês subsequente e o resultado das trocas de espaço apurado até o último ciclo de operação completado no mês anterior, conforme modelo adotado pela agência.

A norma veda a participação de uma mesma embarcação em mais de um acordo. Excepcionalmente, a critério exclusivo da Antaq, poderá ser autorizada participação de uma embarcação em mais de um acordo, se existir superposição ou complementaridade entre as rotas previstas nos serviços regulares respectivos. Uma embarcação somente poderá iniciar a sua operação no acordo após homologação do termo pela autarquia.

A resolução estabelece que a quebra da regularidade dos serviços cobertos pelo acordo por uma EBN participante deverá ser comunicada e justificada por escrito à agência reguladora, no prazo de três dias úteis, e deverão ser indicadas as providências adotadas e o prazo previsto para restabelecimento da operação. A substituição de uma embarcação indicada no acordo por EBN participante depende de prévia aprovação pela Antaq e estará condicionada ao correspondente ajuste nos limites do espaço objeto de troca.

O agente de ligação enviará mensalmente à Antaq declaração da carga total transportada em razão do acordo, a qual discriminará o espaço correspondente às cargas transportadas pelas empresas participantes brasileiras daquele correspondente às cargas transportadas pelas empresas estrangeiras e que utilizem espaço em navios operados por empresa brasileira.

O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes da homologação do acordo operacional implicará a aplicação das seguintes penalidades, observado o disposto na norma sobre a fiscalização e o processo administrativo relativos à prestação de serviços de transporte aquaviário, de apoio marítimo e de apoio portuário e à exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, editada pela Antaq: advertência, multa, suspensão, cassação ou declaração de inidoneidade. Os valores das multas aplicáveis vão variar de R\$ 250 mil a R\$ 10 milhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/10/2024

PETROBRAS LANÇA EDITAL PARA AFRETAMENTO DE 8 RSVS

Por Danilo Oliveira Offshore 08/10/2024 - 22:18



Regras permitem contratação de até 4 embarcações por licitante, sendo o prazo de mobilização das duas primeiras embarcações de 1.460 dias. Propostas serão abertas dia 29 de outubro

A Petrobras abriu, nesta terça-feira (8), o prazo de recebimento de propostas para a licitação de abrangência nacional para o afretamento de oito RSV (embarcações equipadas com robôs — ROV Support Vessel) com prestação de serviços técnicos especializados. O certame, a ser realizado em modo de disputa fechado, tem abertura das propostas previsto para o próximo dia 29 de outubro. O critério de julgamento estabelecido é o de menor preço por lote.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 109/2024
Página 61 de 61
Data: 09/10/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

As regras permitem a contratação de até quatro embarcações por licitante, sendo o prazo de mobilização das duas primeiras embarcações de 1.460 dias. Para a terceira embarcação, o prazo é de 1.640 dias, e para a quarta embarcação, o prazo é de 1.820 dias, desde que sejam todas construídas no mesmo estaleiro. O prazo de mobilização se inicia com a assinatura do contrato e termina na data de entrada em operação. A definição do prazo seguirá o ordenamento estabelecido no critério de julgamento.

A Petrobras escolherá o conjunto de propostas que representem o menor desembolso para o número de embarcações que se deseja contratar, comparando-se os menores valores obtidos nas respectivas propostas, conforme critérios de: 1) Menor taxa diária, considerando os custos com combustível e nota do Peotram — Programa de Excelência Operacional no Transporte Aéreo e Marítimo; 2) Maior quantidade de embarcações ofertadas; e 3) Maior prazo contratual.

Caso a empresa apresente proposta em um lote de duas ou mais unidades, ela é obrigada a apresentar proposta para os demais lotes de quantidades inferiores, considerando o mesmo prazo contratual. Nesta situação, todas as propostas de mesmo prazo estão sujeitas a serem desclassificadas. A desistência pela licitante de qualquer uma de suas propostas implicará na sua desclassificação automática de todos os lotes de mesmo prazo.

O edital, divulgado na última sexta-feira (4), prevê ainda que o menor preço será calculado pelo valor total de comparação (VTC), levando em consideração a taxa diária global, os fatores de consumo ponderados de combustível e nota do Peotram do último ciclo divulgado até o recebimento dos lances. A comissão de licitação informará o preço de referência do combustível a ser utilizado no cálculo do VTC no processo licitatório.

RSVs são embarcações de apoio projetadas para lançamento e operação de ROV (Remote Operated Vehicle), pequeno veículo operado remotamente que atua no fundo do mar através de braços mecânicos, luzes e lentes no manuseio e montagem de equipamentos submarinos offshore. São embarcações equipadas com sistemas de posicionamento dinâmico (DP), além de outras instalações próprias para operações com veículos de operação remota.

A Petrobras projeta investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões na contratação de até 38 barcos de apoio offshore. Até 2030, a companhia tem nos planos 16 RSVs, 10 OSRVs (combate ao derramamento de óleo) e 12 PSVs (transporte de suprimentos).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/10/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 09/10/2024